

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE HOTELARIA

PAULO ROBERTO MACEDO CARDOSO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO
PARNAÍBA: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de
hospedagem no povoado Canárias**

São Luís - MA
2022

PAULO ROBERTO MACEDO CARDOSO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO
PARNAÍBA: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de
hospedagem no povoado Canárias**

Monografia apresentada ao Curso de
Hotelaria da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA, para obtenção do grau
de Bacharel em Hotelaria, sob a orientação
da prof^a. Dr^a. Mônica de Nazaré Ferreira de
Araújo.

São Luís - MA
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Cardoso, Paulo Roberto Macedo.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA : percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias / Paulo Roberto Macedo Cardoso. - 2022.
130 f.

Orientador(a): Mônica de Nazaré Ferreira De Araújo.
Monografia (Graduação) - Curso de Hotelaria,
Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Conservação. 2. Meios de hospedagem. 3. RESEX Marinha do Delta do Parnaíba. 4. Turismo de Base Comunitária. I. De Araújo, Mônica de Nazaré Ferreira. II. Título.

PAULO ROBERTO MACEDO CARDOSO

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO
PARNAÍBA: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de
hospedagem no povoado Canárias**

Monografia apresentada ao Curso de
Hotelaria da Universidade Federal do
Maranhão - UFMA, para obtenção do grau
de Bacharel em Hotelaria.

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA:

Dr^a Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo (Orientadora)
Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental

Me. Luiz Antônio Pinheiro (1º Avaliador)
Mestre em Cultura e Sociedade

Me. Ruan Tavares Ribeiro (2º Avaliador)
Mestre em Hospitalidade

AGRADECIMENTOS

Dou Graças em primeiro lugar, àquele que sempre esteve comigo, mesmo que não de forma física, mas sim espiritual e que me reanimava com sopros de ânimo, coragem e foco todos os dias, todas as noites e madrugadas em que escrevia essa monografia.

A posteriori, à professora Dr^a Mônica de Nazaré Ferreira de Araújo que prontamente me aceitou como orientando e que mesmo com os desafios e problemas enfrentados por mim para que pudesse chegar até aqui e escrever este agradecimento, me conduziu com excelência e paciência, e assim me ajudou a chegar à conclusão deste trabalho.

À Universidade Federal do Maranhão que me forneceu todo o suporte e acolhimento como uma boa mãe acadêmica, em especial a Fábrica Santa Amélia, prédio que abriga o meu estimável curso de Hotelaria.

Aos meus familiares, Enelda (mãe), Rachel (irmã) e Jonilson (cunhado) que sempre me forneceram apoio como os lanchinhos enquanto meus dedos percorriam pelas teclas do computador, escrevendo hora pausada, hora freneticamente, além de todo aparato doméstico.

À Vitor Ferreira, servidor do ICMBIO que muito cooperou para este trabalho monográfico, no que tange à orientação sobre o Sistema de Autorização e Informação da Biodiversidade - SISBIO, sugestão e disponibilização de materiais sobre a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, fazendo assim com que a sua contribuição se tornasse imprescindível para a realização desta pesquisa.

Aos professores Cairo Braga, Rosélis Barbosa, Ana Letícia Burity e Zulimar Márita Rodrigues pelos conhecimentos ministrados nas disciplinas cursadas na área ambiental. Estendo ainda minha gratidão aos professores Ruan Tavares e Luiz Antônio Pinheiro.

Ao estimado servidor Fábio Henrique do curso de Hotelaria pelo apoio administrativo de sempre.

E por fim, ao meu amigo Clebson Cândido que cooperou com sugestões de aprimoramento, a Ingrid Saldanha e Lucas Macário que entraram nesta empreitada me ajudando nas leituras dos referenciais teóricos e na revisão escrita dos capítulos, a Cynara Anchieta que colaborou nas entrevistas e aos demais que direta ou indiretamente contribuíram até mesmo aqueles que me dirigiram uma palavrinha de motivação.

Absurdo

Vanessa da Mata

Havia tanto pra lhe contar
A natureza
Mudava a forma o estado e o lugar
Era absurdo

Havia tanto pra lhe mostrar
Era tão belo
Mas olhe agora o estrago em que está

Tapetes fartos de folhas e flores
O chão do mundo se varre aqui
Essa ideia do natural ser sujo
Do inorgânico não se faz

Destruição é reflexo do humano
Se a ambição desumana o Ser
Essa imagem infértil do deserto
Nunca pensei que chegasse aqui

Autodestrutivos
Falsas vítimas nocivas?

Havia tanto pra aproveitar
Sem poderio
Tantas histórias, tantos sabores
Capins dourados

Havia tanto pra respirar
Era tão fino
Naqueles rios a gente banhava

Desmatam tudo e reclamam do tempo
Que ironia conflitante ser
Desequilíbrio que alimenta as pragas
Alterado grão, alterado pão

Sujamos rios, dependemos das águas
Tanto faz os meios violentos
Luxúria é ética do perverso vivo
Morto por dinheiro
Cores, tantas cores
Tais belezas
Foram-se
Versos e estrelas
Tantas fadas que eu não vi

Falsos bens, progresso?
Com a mãe, ingratidão
Deram o galinheiro
Pra raposa vigiar

RESUMO

A partir da crescente preocupação da sociedade com as questões ambientais desde a década de 70, ocorreram como consequências, modificações e adaptações em diversas áreas, dentre estas a do Turismo. Desta maneira, surgem debates sobre a possibilidade de se desenvolver o Turismo Sustentável, que considera além do fator ambiental, o social e o econômico. Nesta perspectiva, e sequência, tem-se um modelo de turismo que se chama de Turismo de Base Comunitária e que no Brasil já se faz presente em muitas localidades. Dentre estas, destaca-se o da região Delta do Parnaíba que possui a Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, que abrange cinco povoados, dentre eles, o povoado Canárias - Araisos/MA, *locus* desta pesquisa, cujo objetivo é identificar práticas e percepções do Turismo de Base Comunitária, mais especificamente no que tange ao princípio da Conservação da Sociobiodiversidade nos meios de hospedagem de Canárias. Trata-se de um estudo descritivo-exploratório, desenvolvido a partir de três idas ao campo: (i) em maio/2021, realizou-se survey, (ii) em julho/2022, ocorreu incursão no *locus* da pesquisa (visita técnica) e (iii) em dezembro/2022, após autorização do ICMBIO, aplicou-se roteiro de entrevistas semi-estruturado, contendo perguntas abertas e fechadas a gestores, proprietários e/ou colaboradores de meios de hospedagem, perfazendo um total de nove entrevistas. Os principais achados apontaram que a maioria dos entrevistados tem entendimento do que seja o Turismo de Base Comunitária, realizam algum tipo de prática sustentável em seus equipamentos turísticos, conhecem nuances dos princípios da sociobiodiversidade e receberam alguma capacitação. Conclui-se, portanto, que os meios de hospedagem de Canárias possuem algumas práticas de ações sustentáveis em seus meios de hospedagem. Assim, o Turismo de Base Comunitária é uma realidade do Povoado Canárias apesar de alguns entraves como práticas pontuais na realidade local, além das limitadas informações desse modelo turismo contemplada na observação e relatos dos habitantes locais.

Palavras-Chave: Turismo de Base Comunitária. Meios de hospedagem. Conservação. RESEX Marinha do Delta do Parnaíba.

ABSTRACT

As of the growing concern of society with environmental issues since the 1970s, there have been modifications and adaptations in several areas, including Tourism. This way, debates arise about the possibility of developing Sustainable Tourism, which considers besides the environmental factor, the social and economic one. In this perspective, and in sequence, there is a tourism model called Community-based tourism, which is already present in many places in Brazil. Among these, we highlight the Parnaíba Delta region, which has the Marine Extractive Reserve of the Parnaíba Delta, a Conservation Unit of Sustainable Use, which covers five villages, among them, the village Canárias - Araisos/MA, *locus* of this research, whose objective is to identify practices and perceptions of Community-based tourism, more specifically with regard to the principle of Conservation of Sociobiodiversity in the Canárias lodging facilities. This is a descriptive-exploratory study, developed from three visits to the field: (i) in May/2021, a survey was carried out, (ii) in July/2022, there was an incursion to the research site (technical visit) and (iii) in December/2022, after authorization from ICMBIO, a semi-structured interview script was applied, containing open and closed questions to managers, owners and/or employees of lodging facilities, totaling nine interviews. The main findings indicated that most of the interviewees understand what Community-based tourism is, that they carry out some kind of sustainable practice in their tourist equipment, that they know nuances of the principles of sociobiodiversity, and that they have received some training. It is concluded, therefore, that the Canary Islands' lodging facilities have some sustainable action practices in their lodging facilities. Thus, Community-based tourism is a reality in the village of Canárias, despite some obstacles such as occasional practices in the local reality, besides the limited information of this tourism model contemplated in the observation and reports of local inhabitants.

Key words: Community-based tourism. Lodging. Conservation. Marine RESEX of the Parnaíba Delta.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização do locus da pesquisa	18
Figura 2 - Considerações acerca do princípio da Conservação da Sociobiodiversidade	27
Figura 3 - Localização de experiências de TBC em UC Federais.....	30
Figura 4 - Passeios de carroças puxadas por búfalos e passeio de barco por rios margeados por manguezais	33
Figura 5 - Preparação e degustação da iguaria "Turu", um dos atrativos do TBC na comunidade Pesqueiro	34
Figura 6 - Vista da Pousada Uacari	36
Figura 7 - Unidades Habitacionais da Pousada Uacari	36
Figura 8 - Aposentos e banheiro das unidades habitacionais da Pousada Uacari	37
Figura 9 - Estrutura com material do local	40
Figura 10 - Circuito das trilhas	41
Figura 11 - Passeio de canoas.....	41
Figura 12 - Noite tradicional	42
Figura 13 - Pier à beira do Lago Chalalan.....	43
Figura 14 - Rio Parnaíba, município de Parnaíba-PI e Dunas da Praia do Amor, Tutóia/MA, respectivamente	50
Figura 15 - Tutóia-MA e Igarapé na Barra da Melancieira, Tutóia-MA, respectivamente.....	50
Figura 16 - Mapa RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	51
Figura 17 - Sobreposição da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba na APA homônima	51
Figura 18 - Ilustrativo dos atrativos do TBC na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba	52
Figura 19 - Revoada dos guarás no Delta do Parnaíba.....	53
Figura 20 - Infográfico explicitando os meios de hospedagem, seu tipo de formalidade e anos de atuação desde a sua fundação	59
Figura 21 - Fachada do meio de hospedagem Canárias, Cama e Café com sua proprietária..	59
Figura 22 - Cama, pintura decorativa, rede e mesa de apoio	60
Figura 23 - Eletrodomésticos e mesa suporte.....	60
Figura 24 - Vista parcial do quarto com a cama principal do quarto	61
Figura 25 - Cama secundária do quarto e demais objetos que compõem a estrutura e organização do quarto.....	61
Figura 26 - Fachada do meio de hospedagem Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	62
Figura 27 - Estrutura de madeira e decoração dos quartos.....	62
Figura 28 - Redes, tapeçarias e decoração dos quartos	63
Figura 29 - Bar do meio de hospedagem Restaurante Casa de Caboclo	63
Figura 30 - Espaço de vivência e alimentação	64
Figura 31 - Área externa de vivência e alimentação	64
Figura 32 - Fachada do meio de hospedagem Delta Bar.....	65
Figura 33 - Fachada do meio de hospedagem Delta Bar.....	65
Figura 34 - Estrutura e organização do quarto do meio de hospedagem Delta Bar	66
Figura 35 - Cama de um dos quartos.....	66

Figura 36 - Varanda de acesso aos quartos do meio de hospedagem Paraíso das Canárias....	67
Figura 37 - Bar e espaço de vivência.....	67
Figura 38 - Piscina e área externa	68
Figura 39 - Fachada do meio de hospedagem do Restaurante Palmeiron e Cia.....	68
Figura 40 - Varanda e área de vivência do Restaurante Palmeiron e Cia	69
Figura 41 - Varanda e portas dos quartos	69
Figura 42 - Varanda e área de vivência do Restaurante Palmeiron e Cia	70
Figura 43 - Área externa do Restaurante Palmeiron e Cia	70
Figura 44 - Varanda e área de vivência do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros.....	71
Figura 45 - Área externa do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros.....	71
Figura 46 - Área externa do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros.....	72
Figura 47 - Chalés do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros	72
Figura 48 - Estrutura e organização do quarto do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros	73
Figura 49 - Cama e organização do quarto do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros ..	73
Figura 50 - Fachada do meio de hospedagem sem nome comercial do proprietário Cássio...	74
Figura 51 - Fachada do meio de hospedagem sem nome comercial do proprietário Cássio...	74
Figura 52 - Carnaúba (Copernicia prunifera)	92
Figura 53 - Cestaria e tábua feitos a partir da Carnaúba	93
Figura 54 - Cabeceira da cama feita com talas da carnaúba e jarrinhos de planta confeccionadas a partir da palha.....	93

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de serviços oferecidos para além da hospedagem	77
Gráfico 2 - Infraestrutura dos meios de hospedagem	79
Gráfico 3 - Formas de divulgação dos meios de hospedagem.....	80
Gráfico 4 - Motivos da escolha pelos meios de hospedagem.....	81
Gráfico 5 - Problemas enfrentados pelos meios de hospedagem	85
Gráfico 6 - Benefícios desencadeados pelos meios de hospedagem	88
Gráfico 7 - Impactos negativos ao meio ambiente acarretados pelos meios de hospedagem .	89
Gráfico 8 - Tipos de resíduos gerados pelos meios de hospedagem	90
Gráfico 9 - Destinação dos tipos de resíduos gerados pelos meios de hospedagem	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Listagem das UC mencionadas no caderno de experiência do ICMBIO quanto à prática de TBC.....	29
Tabela 2 - Publicações de livros e estudos que apresentavam discussões sobre os problemas ambientais a partir do século XVIII	45
Tabela 3 - Tipo de relação com os meios de hospedagem, sexo e residência dos entrevistados	58
Tabela 4 - Listagem dos meios de hospedagem e dos entrevistados	58
Tabela 5 - Listagem dos meios de hospedagem com seus respectivos quantitativos de colaboradores.....	75
Tabela 6 - Listagem das mercadorias, bens e serviços adquiridos da economia local	77
Tabela 7 - Listagem dos meios de hospedagem com seus respectivos quantitativos de unidades habitacionais	79
Tabela 8 - Listagem das práticas de TBC de cada meio de hospedagem	83
Tabela 9 - Listagem das práticas sustentáveis de cada meio de hospedagem	86

LISTA DE SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
FLONA	Floresta Nacional
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
MA	Maranhão
MTUR	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNA	Parque Nacional
PI	Piauí
RESEX	Reserva Extrativista
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SITS	Seminário Internacional de Turismo Sustentável
TBC	Turismo de Base Comunitária
TS	Turismo Sustentável
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 METODOLOGIA	17
3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: breve discussões sobre aspectos históricos, principais conceitos, princípios, desafios e sua relação com unidades de conservação	22
3.1 Discussão sobre aspectos históricos do Turismo de Base Comunitária	22
3.2 Principais conceitos do Turismo de Base Comunitária	24
3.3 Princípios do Turismo de Base Comunitária	25
3.3.1 Princípio da Conservação da Sociobiodiversidade.....	26
3.4 Desafios e gargalos do Turismo de Base Comunitária	27
3.5 Unidades de conservação e Turismo de Base Comunitária	28
4 TBC, MEIOS DE HOSPEDAGEM E SUSTENTABILIDADE	31
4.1 A hospedagem em experiências de Turismo de Base Comunitária	31
4.2 Experiências diversas	33
4.3 Breves considerações sobre sustentabilidade e sua relação com os meios de hospedagem	45
5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	49
5.1 Aspectos gerais da APA do Delta do Parnaíba e da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba	49
5.2 Aspectos gerais de Canárias	53
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
6.1 Identificação dos gestores, proprietários e/ou colaboradores dos meios de hospedagem	57
6.2 Caracterização dos meios de hospedagem	58
6.3 Concepção e práticas dos meios de hospedagem no que tange ao TBC	82
6.4 Princípio da Conservação da Sociobiodiversidade nos meios de hospedagem pesquisados	84
7 CONCLUSÃO E ALGUMAS RECOMENDAÇÕES	94
7.1 Algumas recomendações	96
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICE A	108
APÊNDICE B	114
APÊNDICE C	115

APÊNDICE D	116
APÊNDICE E	117
APÊNDICE F	118
APÊNDICE G	119
APÊNDICE H	120
APÊNDICE I	121
APÊNDICE J	122
APÊNDICE K	123
ANEXO A	128
ANEXO B	131

1 INTRODUÇÃO

Um dos assuntos que com muita frequência tem-se discutido no universo das Unidades de Conservação (UC) é o Turismo de Base Comunitária (TBC). E essa discussão tratar-se-á de maneira conceitual, no que tange a identificação do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem, no decorrer deste trabalho monográfico.

Tal temática se justifica pelos seguintes motivos: em primeiro lugar, pelo fato do *locus* da pesquisa se localizar em áreas ambientalmente protegidas. Aliado a este motivo, pelo desconhecimento da presença de visitantes estrangeiros na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba, uma vez que a região em questão, possui uma exuberante riqueza ecossistêmica e beleza cênica, que se constituem como os principais atrativos para os visitantes citados, constatação essa que se deu em viagem a trabalho (survey); em segunda razão, pela preocupação de como essa atividade de turismo estava sendo desenvolvida em uma Reserva Extrativista, principalmente pelos meios de hospedagem do povoado Canárias, considerando que existe toda uma complexidade no movimento turístico e como as pessoas residentes estavam sendo inseridas ou não nessa atividade, e por último, e não menos relevante, está a preocupação em desvendar quais seriam as ações de cunho sustentável que estariam sendo engendradas pelos respectivos meios de hospedagem para proteger o ecossistema, tendo em vista o princípio da conservação da sociobiodiversidade.

Isso porque o funcionamento do sistema de turismo é acionado quando pessoas das mais variadas características circulam em espaços que são produzidos impactos, tanto positivos quanto negativos. Assim, foi seguindo essa inquietude em busca de novos conhecimentos que esse trabalho foi tecido.

Assim posto e alinhado com as possíveis conectividades em uma área protegida, pode ser capaz de produzir por meio da atividade turística os meios de hospedagem, que representam não apenas um equipamento para a pernoite de um visitante mas a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento de um modelo de turismo que evidencia perspectivas para a valorização do patrimônio socioambiental dos povos e, também, faz com que os benefícios oriundos da atividade turística permaneçam no local em maior proporção.

Outrossim, descreve-se, nesse momento introdutório, algumas observações que marcaram sobremodo o pesquisador: o acolhimento dos comunitários, a sensação de pertencimento ao local, o orgulho de residir na região do Delta do Parnaíba; outra impressão, foi o esforço envidado pelos moradores empreendedores em busca de clientes, visto que alguns

estabelecimentos ainda não estão consolidados. Além do mais, existe a dificuldade da compra de mercadorias, considerando a dependência/suprimento, tanto de primeiras necessidades, quanto de outras ordens, por ser um povoado insular, apenas sendo possível por via fluvial, que depende basicamente do abastecimento de Parnaíba, no estado do Piauí, apesar de Canárias estar no município de Araisos, no Maranhão.

Dado que foi percebido, resta o fato, conexo a todo o preparo científico metodológico que requereu a presente pesquisa, obteve-se uma maior concepção sobre a dinâmica do Turismo e, em especial, o de Base Comunitária, desafio este assumido pelo pesquisador a considerar que teve a sua formação na área da Hotelaria.

Foi instigante adentrar no universo do Turismo, como pesquisador aprendiz. No que respeita à estruturação desta monografia, a mesma se divide em sete seções a saber: **introdução**, apresentando as motivações do estudo e a problemática, a **metodologia**, demonstrando os caminhos percorridos, a caracterização da pesquisa, seus procedimentos e instrumentos e de maneira resumida, o que cada capítulo abordará.

A terceira seção aborda o **turismo de base comunitária**, tratando de um breve contexto histórico-conceitual, princípios, desafios e sua relação com unidades de conservação. O contexto histórico-conceitual do Turismo de Base Comunitária, além de seus princípios em relação às Unidades de Conservação. Inclui-se também alguns desafios e gargalos do TBC, sem pretensão de se esgotar esta perspectiva.

A prosseguir-se, a quarta seção do trabalho refere-se ao **TBC, meios de hospedagem e sustentabilidade**, abordando a hospedagem em vivências de TBC, em sequência, considerações e práticas de sustentabilidade em meios de hospedagem e, por fim, algumas experiências diversas de TBC, incluindo alguns exemplos internacionais.

Em continuação, a quinta parte apresenta a **caracterização da área de estudo** e o *locus* e aspectos do local de estudo, bem como um panorama da Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba e RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, além da caracterização geral do povoado Canárias.

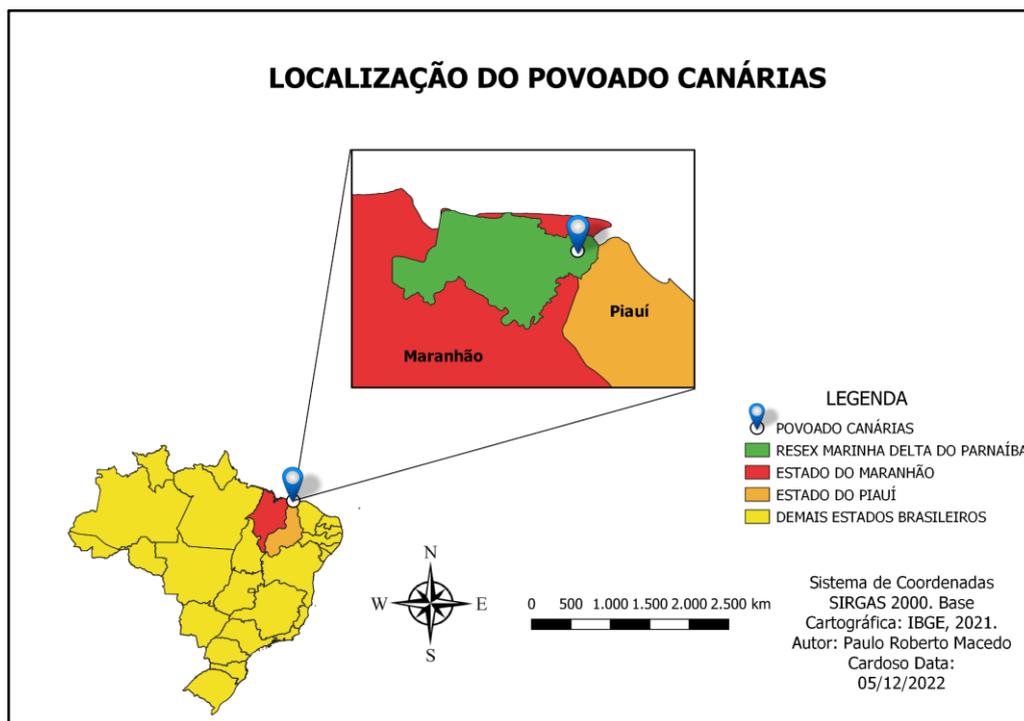
O sexto capítulo corresponde aos **resultados e discussão**, que permite não somente analisar os principais encontrados como também traz à tona, as tessituras das discussões. E, ao final da monografia, apresenta-se a **conclusão e algumas recomendações**, na tentativa de consolidar este modelo de turismo no povoado e quiçá na região.

2 METODOLOGIA

De acordo com Praça (2015 p. 73-74) a pesquisa científica, caracteriza-se por “procedimentos técnicos e metodológicos bem definidos visando fornecer subsídios necessários na busca de um resultado provável ou improvável para a hipótese pesquisada”. Desta maneira, o trabalho em questão, no que concerne a escolha do tema, bem como a delimitação da categoria de análise e do local de estudo para posterior estabelecimento das demais ferramentas metodológicas, se deu a partir de três fatores, a saber:

- A escolha do tema “Turismo de Base Comunitária”: apesar de estar mais relacionado à área do Turismo, em comparação à Hotelaria (área de formação do autor deste trabalho), a interdisciplinaridade existente dentro do espaço universitário, principalmente em eventos acadêmicos, permitiu o conhecimento, aproximação e o despertar de interesse do pesquisador com a temática de TBC;
- Delimitação da categoria de análise “Princípio da Conservação da Sociobiodiversidade em meios de hospedagem”: ao conhecer os princípios do TBC, o que mais chamou atenção foi o supracitado. Afinal, é o princípio que está mais intimamente relacionado à questão ambiental, uma vez que o pesquisador já possui propriedade dos conhecimentos da área de meio ambiente, por trabalhar e atuar nesta. E, quanto aos meios de hospedagem, delimitou-se a esses espaços da Hotelaria, como uma tentativa de aproximar a temática da pesquisa à área de formação do pesquisador;
- E, por fim, a escolha do local de estudo “Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba, mais especificamente ao povoado Canárias, Araisos/MA” se deu pelo fato de ser uma área ambientalmente duas vezes protegida, seja pela RESEX, seja pela Área de Proteção Ambiental que a sobrepõe, além de ser uma localidade com grande potencial turístico, inclusive para o TBC, além da existência de alguns meios de hospedagens no povoado Canárias.

Figura 1 - Mapa de localização do *locus* da pesquisa



Fonte: O autor (2022).

Dessa maneira, a partir da delimitação explicada, o referido trabalho de conclusão de curso, tem por título **“TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: percepções e práticas da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”**.

O trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritivo-exploratória, pois esta “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987 *apud* SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009, p. 37) e exploratória por ter o “objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009 p. 37). Ademais, possui o cunho quali-quantitativo, uma vez que, “[...] auxiliam para entender, desvendar, qualificar e quantificar de forma verificativa, bem como permitem estudar a importância dos fenômenos e fatos para que se possa mensurá-los” (PROETTI, 2018 p. 02).

Trata-se, também, de uma pesquisa de campo, pois buscou-se os dados no *locus* de estudo, no povoado Canárias. Essa, possui o objetivo conforme destaca Gonçalves (2001) *apud* Piana (2009, p. 169): “buscar a informação diretamente com a população pesquisada [...] Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”.

A ferramenta de pesquisa utilizada foi o roteiro de entrevista (Apêndice 01) semiestruturado, composto por 56 perguntas, sendo estas fechadas e abertas. O mesmo está dividido em 4 seções, que se estruturam da seguinte forma: (I) identificação dos gestores, proprietários e/ou colaboradores (em casos da ausência do gestor ou proprietário) dos meios de hospedagem, (II) caracterização dos meios de hospedagem, (III) concepção e práticas dos meios de hospedagem no que tange ao Turismo de Base Comunitária (IV) princípio da conservação da sociobiodiversidade nos meios de hospedagem pesquisados.

O roteiro de entrevista foi elaborado embasando-se em 3 questionários (Anexos 01, 02 e 03): “O papel de agentes e sujeitos na implantação de políticas públicas e no ordenamento e gestão territorial da Resex Delta do Parnaíba-MA” (COSTA, 2019), “Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na Resex Marinha Delta do Parnaíba (PI - MA)” (ROCHA, 2018), “O Turismo de Base Comunitária na Pan-Amazônia – análise dos projetos desenvolvidos no Brasil, Bolívia e Peru (ARAÚJO, 2021)” e Eco Portal Hospedagens, retirando destes, questões análogas ao objetivo de estudo da pesquisa. Importante destacar que na perspectiva de aprimorar a elaboração das perguntas, utilizou-se outras fontes bibliográficas.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que se compreende como a “coleta e armazenagem de dados de entrada para a revisão, processando-se mediante levantamento das publicações existentes sobre o assunto ou problema em estudo” (CALDAS, 1986, p. 15). Consultaram-se fontes como: revistas científicas, periódicos, livros e sites, para uma melhor elucidação das referências e aproximação do pesquisador com a temática do projeto. Paralelo a isso, foi feita uma leitura de reconhecimento do material bibliográfico, que “consiste em uma leitura rápida que objetiva localizar e selecionar o material que pode apresentar informações e/ou dados referentes ao tema. Momento de incursão em bibliotecas e bases de dados computadorizadas para a localização de obras relacionadas ao tema” (LIMA; MIOTO, 2007 p. 41).

Posteriormente, realizou-se a pesquisa de campo, com três visitas, a saber:

- (i) Survey realizado em maio/2021, onde começaram-se as primeiras aproximações deste pesquisador com a área em estudo. O método survey, que de acordo com Babbie (2003), é um mecanismo de busca, sobretudo quando se inicia uma pesquisa acerca de um determinado tema que não se conhece a área a ser pesquisada. Portanto, fizeram-se as primeiras observações do pesquisador, a partir de alguns diálogos que foram realizados com um condutor de lancha e um proprietário de um restaurante local, do povoado Torto. Sendo assim, estes

interlocutores foram importantes para começar a compreensão em que se focou, ou seja, traços de evidências que ajudaram, sobremaneira, a problematizá-la.

- (ii) em julho de 2022 ocorreu uma incursão no *locus* da pesquisa juntamente com a orientadora Mônica de Nazaré, podendo ser considerada como uma visita técnica que, de acordo com Monezi e Almeida Filho (2005, p. 05), “pode-se encarar a visita técnica como parte de um processo de pesquisa científica [...] e assim obter-se os resultados esperados na pesquisa de campo através da visita propriamente dita”.
- (iii) em dezembro de 2022, foi realizada a aplicação dos roteiros de entrevista semiestruturado, mediante a assinatura de cada um dos entrevistados do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICES A a J), em consonância com a Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. A aplicação do roteiro de entrevistas, fez um total de nove entrevistas, sendo sete com proprietários, gestores e/ou colaboradores dos meios de hospedagem do povoado Canárias e uma com o Chefe da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba e outra com o Presidente da AMAR Delta – Associação-mãe das associações da referida RESEX. Cabe ressaltar que estas duas últimas entrevistas apenas complementaram as informações basilares.

É importante salientar que a aplicação dos roteiros de entrevista ocorreu somente após a concessão da autorização (ANEXO A) para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO do Instituto Chico Mendes da Conservação da Sociobiodiversidade - ICMBIO, pois o *locus* da pesquisa está inserido em uma Unidade de Conservação Federal.

Frente a esta situação, outros fatores se mostraram como desafios para a realização desta pesquisa, como: a questão financeira, tendo em vista o custeamento de passagens do traslado de São Luís até Parnaíba e, por sua vez, até Canárias, a hospedagem, a alimentação, além da falta de tempo por conta do trabalho (emprego). Complementar, destaca-se a dificuldade de encontrar bibliografias e estudos acadêmicos que retratem a temática específica “Conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem inseridos em experiências de Turismo de Base Comunitária”.

Na pesquisa de campo foi realizado o registro fotográfico, tanto dos aspectos locais como transporte, vias de acesso, casas dos moradores, das paisagens urbanas, dos meios de

hospedagem, dos restaurantes, dentre outros, a fim de capturar fragmentos do espaço e ilustrar o presente trabalho.

Em sequência, à luz da bibliografia disponível, os dados obtidos com os resultados de cada pergunta do roteiro de entrevista, foram tabulados em planilhas do Excel e, conseqüentemente, elaborados em gráficos, tabelas e figuras, objetivando um melhor entendimento e explanação dos resultados. Visando apresentar resultados de como os meios de hospedagem cumprem a Conservação da Sociobiodiversidade, um dos princípios do Turismo de Base Comunitária.

Assim, devido a algumas limitações, já mencionadas anteriormente, reiteramos de que não foi possível retratar toda dimensão da temática da pesquisa, que precisa ser mais explorada, para um melhor diagnóstico quanto ao cumprimento do princípio da conservação da sociobiodiversidade por parte dos meios de hospedagem que se localizam no povoado Canárias, por sua vez, na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba.

3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: breve discussões sobre aspectos históricos, principais conceitos, princípios, desafios e sua relação com unidades de conservação

Neste capítulo, serão abordados aspectos gerais do Turismo de Base Comunitária, perpassando desde a conjuntura que levou o seu surgimento, a complexidade para a sua definição juntamente com os diversos conceitos de TBC a partir da perspectiva de diferentes pesquisadores de referência, os principais princípios que o norteiam, os desafios existentes nas experiências brasileiras de TBC, bem como a sua forte relação com áreas ambientalmente protegidas, ou seja, com as Unidades de Conservação.

3.1 Discussão sobre aspectos históricos do Turismo de Base Comunitária

A partir da crescente preocupação da sociedade com as questões ambientais desde a década de 70, que reverberou na realização de diversas Conferências Mundiais como a Conferência de Estocolmo e dentre outras, que tinham como foco discutir a preservação e a conservação do meio ambiente a nível global, fizeram com que ocorressem consequências, modificações e adaptações em diversas áreas, como na própria área do Turismo, surgindo assim:

A necessidade de reorientar as consequências negativas do modelo de desenvolvimento do turismo convencional, de massa, motivou que na década de 1990 como consequência dos debates posteriores à publicação do Relatório Brundtland, o turismo incorpora o paradigma da sustentabilidade (BURGOS, 2015, p. 60).

Vale ressaltar que o nível de:

[...] novos padrões de consumo no século XXI levaram a uma crescente popularização do turismo e a uma maior procura por experiências turísticas diferenciadas. A demanda tornou-se mais exigente e variada, focando cada vez mais na qualidade e exprimindo necessidades relacionadas à cultura e ao meio ambiente, exigências que se contrapõem ao turismo de massa (ZAOUAL, 2009, p. 57 *apud* BARROS; LEUZINGER, 2020, p.116).

Ainda nessa pegada de discussões dos debates sobre a relação meio ambiente e turismo, vale destacar que o período em que acontece uma maior intensificação dos discursos sobre as questões ambientais na área do Turismo, ocorre mais especificamente quando a ONU:

[...] proclamou 2017 como o Ano Internacional do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento, encorajando expressamente os Estados-partes e outros atores a praticar ações em todos os níveis e a apoiar o turismo sustentável como meio de promover

e acelerar o desenvolvimento sustentável, especialmente a erradicação da pobreza (ONU, 2016, apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 114).

Assim, surge um “novo olhar sobre os problemas sociais, culturais e ambientais do destino turístico, de modo a refletir sobre os rumos que o turismo deve seguir para promover seu potencial positivo, minimizando, seus impactos negativos” (BURGOS, 2015, p. 58). Em outras literaturas, o Turismo Sustentável recebe o nome de Ecoturismo, que de acordo com a Organização Mundial do Turismo (1999) é entendido como:

[...] atividade que satisfaz às necessidades dos turistas e às necessidades socioeconômicas das regiões receptoras, enquanto a integridade cultural, a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro (OMT, 1999, apud LOPES; SANTOS, 2014 p. 53).

Vale salientar que, além do contexto histórico apresentado anteriormente, podem-se citar alguns dos motivos responsáveis pelo surgimento do TS que, de acordo com Heras (2004, apud Burgos, 2015, p. 60), são:

expansão da conscientização ambiental e proliferação do “sustentável” para todas as áreas e atividades humanas; percepção por parte dos turistas dos impactos que o turismo causa ao meio ambiente; maior exigência de qualidade nos destinos para lidar com a forte competitividade do mercado turístico; e aumento da pressão de grupos ambientalistas que passaram a reconhecer e se preocupar com os potenciais impactos do turismo.

Dessa forma, diferentemente do Turismo de Massa que “se desenvolve coordenado e orientado (...) segundo os interesses dos grandes capitais (...) sem considerar (...) os demais atores envolvidos no processo” (Barreto, 2000 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 08) e “que visa principalmente o lucro mediante a produção e consumo dos destinos” (BURGOS, 2015, p. 63), “exprimindo as necessidades da cultura e do meio ambiente” (ZAOUAL, 2009 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 08), percebe-se o quanto que a atividade turística passou a incorporar com o decorrer dos anos a proteção ambiental, ganhando cada vez mais espaço nos discursos e na prática.

O Ecoturismo ou Turismo Sustentável, além de levar em consideração o fator ambiental, tendo em vista que historicamente “a implantação da atividade turística tem sido muito rápida, principalmente em regiões menos favorecidas sob a ótica socioeconômica” (IRVING, 2002 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 09) “o avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, frequentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental” (IRVING, 2002 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011 p. 09), com o decorrer dos anos, o Turismo Sustentável ou Ecoturismo, além de considerar o fator ambiental,

passa a incorporar o fator social, ou seja, começa a reconhecer a importância dos agentes que desenvolvem o turismo que são as próprias pessoas moradoras da comunidade onde o turismo é praticado, há agora o reconhecimento do protagonismo dos atores sociais partindo “da premissa que os atores sociais participam de todas as etapas de planejamento e implementação dos projetos” (FABRINO, 2013, p.24), dando origem ao que chamamos de Turismo de Base Comunitária (TBC), pois:

ao colocar os moradores locais no papel de protagonistas da atividade turística, o turismo de base comunitária, mais que um modelo alternativo ao eixo convencional do turismo, representa um mecanismo de transformação social das comunidades, que são empoderadas para assumir papel ativo e criativo no desenho de seu próprio futuro (SACHS, 2008, p. 61 *apud* BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 117).

3.2 Principais conceitos do Turismo de Base Comunitária

Logo, o Turismo de Base Comunitária é conceituado como um segmento do Ecoturismo, que é realizado “em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (BRASIL, 2003, p. 21 *apud* BARROS; LEUZINGER, 2020, p.116) ou de forma mais detalhista pode ser entendido também:

como um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística (MTUR, 2008 *apud* BURGOS, 2015 p. 63).

Os conceitos mencionados acima, não se constituem em uma definição exata do Turismo de Base Comunitária, tendo em vista que, de acordo com o Ministério do Turismo do Brasil, “resulta da heterogeneidade das experiências, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência” (MTUR, 2010 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 11), além disso, “a extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC” (LTDS, 2011, p. 07), logo influenciam na não unificação do conceito do Turismo de Base Comunitária.

Vale frisar alguns pontos acerca do que de fato se entende por TBC. Primeiramente, falar em Turismo de Base Comunitária é pensar em uma alternativa às comunidades locais que convivem em uma região que possui um potencial turístico, passível de ser explorado, de modo que se conserve o meio ambiente e ao mesmo tempo envolva seus moradores cada vez mais

nas atividades turísticas de modo que haja um protagonismo social entre os envolvidos, além disso um retorno aos mesmos, seja no fator econômico ou em forma de outros benefícios. Segundo, o TBC não deve ser pensado como uma atividade principal da comunidade e sim como um complemento. Terceiro, é necessário planejar e estruturar projetos de TBC que condizem com a sua realidade, possibilitando que o mesmo seja sustentável após o término do tempo de financiamento.

3.3 Princípios do Turismo de Base Comunitária

O Turismo de Base Comunitária, segundo a Cartilha intitulada “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação Federais: Princípios e Diretrizes” (ICMBIO, 2018), é norteado por 11 princípios¹, são eles:

1. Conservação da sociobiodiversidade A conservação da natureza e a salvaguarda do patrimônio sociocultural local devem nortear as propostas de TBC.

2. Valorização da história e da cultura O TBC deve ser capaz de desencadear um processo de reconhecimento, divulgação e valorização da história e cultura dos povos e comunidades locais e, quando necessário, envolver e estimular esses atores a compartilhar e a aprofundar o conhecimento sobre aspectos de sua história e memória coletiva.

3. Protagonismo comunitário: O TBC deve ser um modelo de desenvolvimento turístico com protagonismo comunitário no desenvolvimento das atividades e na tomada de decisões em todas as etapas do processo.

4. Equidade social: A partilha dos benefícios deverá ser de forma justa entre os atores envolvidos com a atividade, beneficiando, sempre que possível, a comunidade como um todo.

5. Bem comum: A solidariedade e a cooperação devem se sobrepôr aos interesses pessoais.

6. Transparência: Às informações ambientais, sociais e financeiras relacionadas ao TBC devem estar à disposição dos diferentes atores envolvidos (comunitários, gestores das UC, representantes da sociedade civil organizada e de instituições privadas) com a atividade.

7. Partilha cultural: O TBC deve proporcionar oportunidades de trocas de experiências, saberes e conhecimentos entre diferentes culturas e modos de vida, sempre que essas oportunidades forem de interesse da comunidade.

8. Atividade complementar: O TBC deve buscar ser complementar às demais atividades desenvolvidas pela comunidade, de forma a contribuir para a geração de renda e para o fortalecimento e valorização dos ofícios e modos de vida local.

9. Educação: O TBC deve ser concebido enquanto processo educativo para todos os envolvidos. As atividades oferecidas devem buscar proporcionar, tanto para o visitante quanto para as comunidades, experiências que estimulem os sentidos e a reflexão,

¹ Entende-se por princípios como os fundamentos ou os pilares essenciais que tem por objetivo nortear determinado tema, lei e dentre outros.

contribuindo para o aprendizado e para o conhecimento do patrimônio natural e histórico-cultural existente nas UC e influenciando positivamente experiências futuras.

10. Dinamismo cultural: Os projetos de TBC devem buscar valorizar as culturas em sua dinâmica própria, problematizando as mudanças e as permanências junto ao visitante e habitante.

11. Continuidade: O TBC deve ser entendido como um processo contínuo que se adapte à transformação da realidade da comunidade, da UC e do mercado.

3.3.1 Princípio da Conservação da Sociobiodiversidade

De acordo com a lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, entende-se por conservação:

o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral (BRASIL, 2000).

Para um melhor entendimento acerca do princípio em questão, além do entendimento apresentado anteriormente sobre o que é conservação, por sua vez, é de suma importância entender o conceito de sociobiodiversidade, porém, para sua melhor compreensão, é necessário se desmembrar em dois termos: Sócio, que remete a sociedade, ou seja, aos seres humanos, tendo em vista que “a vida em sociedade é uma necessidade da natureza humana” (DALLARI, 2014 p.13). Logo, são seres sociáveis, e biodiversidade se refere a diversidade e variedade dos seres vivos, como consta no Tratado da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), é:

a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens, incluindo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte; isto inclui a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (CDB, 1992 apud IPEA, 2011, p. 01).

Assim, chega-se ao entendimento de que sociobiodiversidade, segundo Conab (2020 p. 07) “é, portanto, a introdução do homem no conceito de biodiversidade” ou de acordo com Cavalheiro e Araújo (2017, p.279), é “a relação entre o ser humano e a natureza, na qual as práticas sociais de produção ou vivência comunitária revelam modelos próprios e específicos no trato com a biodiversidade”.

A partir dos arcações conceituais expostos anteriormente no que tange a compreensão do que é conservação, bem como, sobre o que é sociobiodiversidade. É possível

agora melhor entender um dos princípios fundamentais do TBC: conservação da sociobiodiversidade, categoria de análise do trabalho em questão, conforme a Figura 02.

Figura 2 - Considerações acerca do princípio da Conservação da Sociobiodiversidade

α. Conservação da sociobiodiversidade

Todas as pessoas envolvidas no TSBC, incluindo os turistas, devem estar conscientes dos potenciais impactos socioambientais e atuarem de modo responsável e contínuo para reduzir e compensá-los. As atividades turísticas devem ser planejadas de uma forma que contribuam para a conservação do ecossistema e dos modos de vida tradicionais. O TSBC deve desenvolver continuamente ações de conservação e de educação ambiental e patrimonial.

Fonte: Turismo Comunitário: Intercâmbio Amazônico (2021).

3.4 Desafios e gargalos do Turismo de Base Comunitária

Quanto às problemáticas e empecilhos para um melhor desenvolvimento e implementação do Turismo de Base Comunitária, elenca-se: a carência de programas e projetos por parte do poder público para o fomento das atividades turísticas comunitárias, pois:

[...] o desenvolvimento de políticas públicas para o TBC, por parte do Governo Federal, ainda é considerado insuficiente, visto que não há um plano, um programa ou um projeto que priorize este modelo de turismo. As ações governamentais ainda se mostram pontuais nos departamentos de secretarias nacionais ou de ministérios, focados, ainda, no apoio a experiências de projetos de TBC (DORES, 2015 *apud* ALVES; SILVA 2021, p. 10-11)

Além disso, existe também como gargalo, a inexistência de dispositivos legais que regulamentem e norteiam o TBC “visto que não há nenhuma norma específica direcionada ao turismo de base comunitária na legislação federal de turismo” (BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 129), esta problemática pode ser vista até mesmo na:

Lei nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional do Turismo, sequer faz menção ao turismo de base comunitária e se refere às populações tradicionais uma única vez, colocando-as em posição absolutamente passiva na dinâmica do turismo (BARROS; LEUZINGER, 2020, p. 122).

A dificuldade de ocuparem espaços no mercado e de perpetuar seus modos de vidas também se constitui uma problemática para o TBC, reforçando a ideia de que é “preciso estabelecer uma relação entre o local e o global, se integrando na economia hegemônica e mantendo o modo de vida tradicional, pois este se torna o principal atrativo e diferencial.” (HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 15).

Outra problemática a ser mencionada acerca do TBC, está a questão da comercialização:

Dado que a comercialização tem sido um dos entraves para o TBC, uma vez que são escassas as informações a respeito do perfil do turista de base comunitária, assim como ainda precisam ser descobertos os meios de comercialização que melhor se configurem para esse tipo de turismo (DO NASCIMENTO; GÓMEZ; DA SILVA FEITOSA, 2015, p. 03).

E, por fim, tem-se a supremacia de agentes externos sobre as comunidades turísticas comunitárias, levando em consideração que, muitas vezes:

[...] a ação da comunidade sob o discurso de “interesse comunitário” pode refletir apenas os interesses daqueles em posição de poder, mascarando motivações econômicas desses atores, e não o bem coletivo. Isto é, as comunidades raramente falam em uma só voz e as relações de poder são capazes de alterar os resultados dos esforços ou impedir a ação participativa (BURGOS, 2015, p. 66).

Contudo, percebe-se a necessidade de ter um olhar diferenciado para o Turismo de Base Comunitária, objetivando que o mesmo venha a ser uma alternativa que cumpra e desencadeie os inúmeros benefícios para aqueles que o desenvolvem.

3.5 Unidades de conservação e Turismo de Base Comunitária

A partir da leitura de variados trabalhos que têm como temática de pesquisa, o Turismo de Base Comunitária, é notória a relação do mesmo com áreas ambientalmente protegidas, mais especificamente com as Unidades de Conservação de Uso Sustentável com um maior destaque para as Reservas Extrativistas².

Vale considerar que um dos motivos pelos quais essa relação existe, está a riqueza ecossistêmica das áreas ambientalmente protegidas, que desempenham um papel fundamental para a prática do TBC, pois é um dos principais fatores que atraem os turistas que buscam experienciar não só modo de vida dos comunitários, mas as belezas naturais existentes no local.

A corroborar com o que foi exposto, destacam-se alguns trabalhos e partes destes, que discorrem sobre a relação TBC e UC, são eles: “Turismo de Base Comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro” (SANSOLO; BURSZTYN, 2009), “Turismo de Base Comunitária; estado da arte e experiências brasileiras” (HALLACK et al, 2011), “Turismo de Base Comunitária e os desafios para sua implementação em Unidades de Conservação” (BARROS; LEUZINGER, 2020), “Turismo de Base Comunitária e o desenvolvimento local em Unidades de Conservação

² Reserva Extrativistas (RESEX) é uma UC's pertencente à categoria de uso sustentável “utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.” (BRASIL, 2000).

brasileiras” (ALVES; SILVA, 2021), “Turismo de Base Comunitária no sentido da dádiva: que caminhos trilhar em reservas extrativistas” (DE MORAES; FRAGELLI; IRVING, 2017) e “RESEX Delta do Parnaíba (PI-MA) nos rumos do Turismo de Base Comunitária” (GALENO, 2019).

Além dos trabalhos mencionados, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO lançou em 2019, um material intitulado “Turismo de Base Comunitária em Unidade de Conservação Federal: caderno de experiências”, onde apresenta práticas de TBC em 12 UC, como pode ser visto na Tabela 01.

Tabela 1 - Listagem das UC mencionadas no caderno de experiência do ICMBIO quanto à prática de TBC

Experiências de Turismo de Base Comunitária sistematizadas	1.	APA de Petrópolis
	2.	APA de Guapi-Mirim
	3.	APA de Cairuçu
	4.	PARNA ³ da Chapada Diamantina
	5.	PARNA do Pico da Neblina
	6.	FLONA ⁴ do Tapajós
	7.	RESEX Tapajós Arapiuns
	8.	RESEX Marinha de Soure
	9.	RESEX Marinha do Delta do Parnaíba
	10.	RESEX Marinha da Baía do Iguape
	11.	PARNA Marinho dos Abrolhos e RESEX de Cassurubá
	12.	RESEX Marinha do Pirajubaé

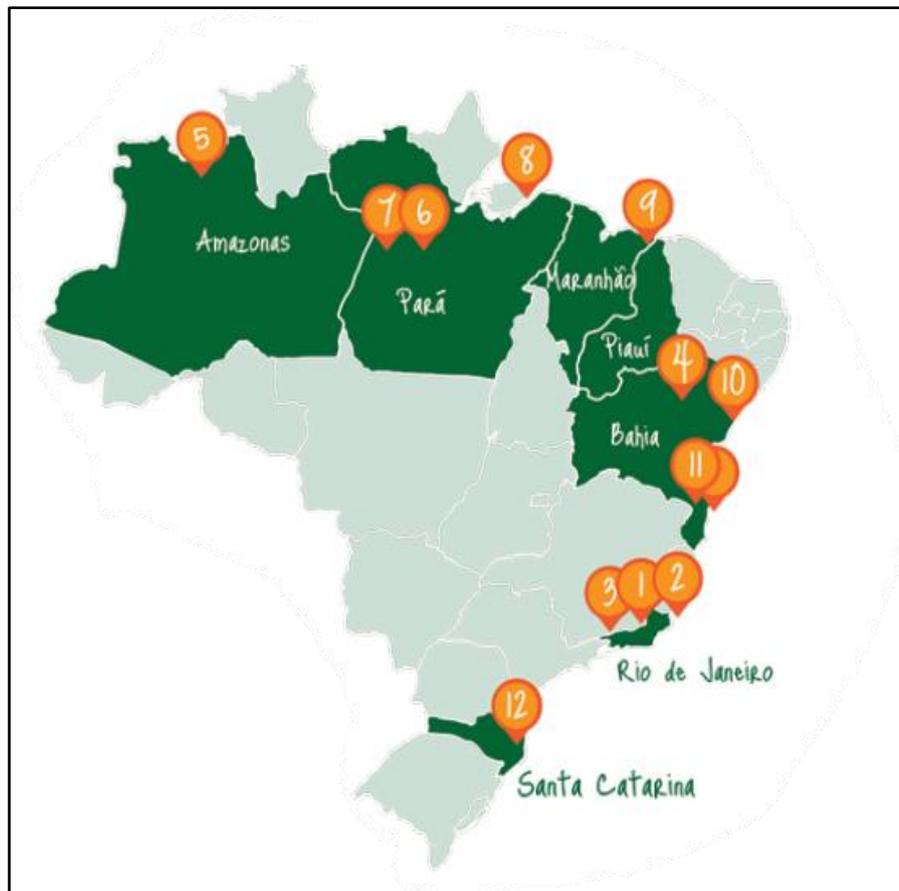
Fonte: O autor, adaptado de ICMBIO (2019).

³ Parque Nacional é uma UC pertencente à categoria de unidade de proteção integral, que tem por “objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (BRASIL, 2000).

⁴ Floresta Nacional é uma UC pertencente à categoria de uso sustentável, de acordo com BRASIL (2000) “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo

Objetivando uma melhor visualização da disposição geográfica das experiências de TBC sistematizadas no material elaborado pelo ICMBIO, apresenta-se a Figura 03, a seguir.

Figura 3 - Localização de experiências de TBC em UC Federais



Fonte: Caderno de Experiência ICMBIO (2019).

A partir da Tabela 01 e da Figura 3 apresentadas, percebe-se que as experiências se localizam em sete estados brasileiros, com maior destaque para as regiões Norte e Nordeste. Sem esquecer da predominância das práticas de TBC nas regiões mais próximas do litoral brasileiro, possuindo uma relação direta com o número significativo das experiências em Reservas Extrativistas, que no total são seis, dentre as 12 categorias de UC citadas no caderno de experiência de TBC do ICMBIO.

4 TBC, MEIOS DE HOSPEDAGEM E SUSTENTABILIDADE

Este capítulo contempla discussões acerca da relação do TBC com os meios de hospedagem, trazendo como exemplos desta relação, experiências nacionais e estrangeiras. E em seguida, tendo como base a categoria de análise escolhida “princípio da conservação da sociobiodiversidade” e o objeto de estudo “em meios de hospedagem” trará breves considerações sobre a relação dos meios de hospedagem com a sustentabilidade, bem como experiências que exemplificam tal relação.

4.1 A hospedagem em experiências de Turismo de Base Comunitária

A hospedagem, um dos serviços indispensáveis para o Turismo, apresenta nas práticas de TBC, algumas características peculiares que as diferenciam das hospedagens do Turismo Convencional, no que tange à preparação do ambiente para o recebimento do turista, a infraestrutura, o perfil dos proprietários das hospedagens, os tipos de relações estabelecidas, entre os outros atores responsáveis pelos afazeres do meio de hospedagem, bem como com os próprios turistas e dentre outros, como pode ser observado em alguns trechos de trabalhos que relatam a um pouco sobre hospedagem em experiências de TBC:

Sansolo e Bursztyn (2009), no capítulo “Turismo de base comunitária: potencialidades no espaço rural brasileiro”, do livro “Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras” (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009), ao apresentar alguns resultados preliminares de pesquisas sobre TBC, desenvolvidas por dois grupos de pesquisa: o Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o grupo de pesquisa sobre “Indicadores de Sustentabilidade Ambiental para o Turismo de Sustentabilidade” da Universidade Anhembi-Morumbi, relatam que nos empreendimentos, inclusive nas hospedagens do TBC “a noção de coletivo é preponderante. Em alguns casos, os empreendimentos são comunitários e geridos por cooperativas. Em outros, prevalece a organização familiar”. Ademais, argumentam que:

[...] com relação aos serviços de HOSPEDAGEM, prevalecem em todas as experiências pesquisadas os micro-empresendimentos ou empresendimentos de pequeno porte. Pequenas pousadas, hospedagens domiciliares e campings aparecem com muita frequência nesses casos. O modo de gestão desses empresendimentos varia: os empresendimentos privados são em sua maioria administrados por uma família, já os empresendimentos coletivos são gerenciados por cooperativas e/ou associações (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 155).

Endlich e Teixeira (2022), no trabalho intitulado “Turismo de base comunitária: experiências em pequenas localidades”, ao comentar sobre a experiência de TBC na Prainha do Canto Verde no município de Beberibe no Ceará, pontuam que:

As hospedagens são organizadas na casa dos próprios moradores que alugam quartos para os turistas. Um dos exemplos de hospedagem, segundo informações do site da Prainha do Canto Verde, é a Pousada Refúgio da Paz da Dona Mirtes que trabalhava como agente de saúde na comunidade e tinha oito filhos residindo com ela. Ao longo dos anos seus filhos foram saindo da casa deixando os quartos vazios. Dona Mirtes viu a oportunidade em abrir seu lar para receber os turistas e hoje há uma suíte que abriga até quatro pessoas; três quartos de casal para até quatro pessoas com geladeira e fogão e um apartamento com cozinha completa (PRAINHA DO CANTO VERDE, s/d apud ENDLICH; TEIXEIRA, 2022, p. 11-12).

E, por fim, Mendonça e Moraes (2012), no trabalho “Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária à luz da experiência no “Paraíso Proibido”; Vila do Aventureiro-Ilha Grande-Brasil”, discorrem que os empreendimentos (inclusive no que tange a hospedagem) desta experiência de TBC se mesclam com as suas moradias. Nas palavras dos próprios autores:

o modelo de turismo se baseia em uma cadeia produtiva caracterizada por empreendimentos domiciliares e familiares, que não possuem o aspecto físico de empreendimentos turísticos convencionais no mercado, pois, por serem contíguos às casas, continuam tendo aspecto residencial. A estrutura de campings nos quintais, aluguel de quartos, casas e bares anexos às casas (...) dão o tom domiciliar aos empreendimentos pela discreta e, muitas vezes, imperceptível diferença entre o local de moradia e o empreendimento comercial (MENDONÇA; MORAES, 2012 p. 1177).

Ainda sobre os locais de hospedagem, tem-se que:

[...] alguns moradores oferecem sua estrutura domiciliar aos visitantes (quartos, banheiros, sala de estar, cozinha). Os dois ambientes, muitas vezes, se mesclam: o modo doméstico de receber (incluindo o modo de vida cotidiano na residência) e o modo comercial, na relação entre hóspede – o cliente – e anfitrião – o profissional, baseado na troca monetária. Esse processo diferencia o modelo de turismo local baseado em uma nova relação entre anfitriões – o “povo do Aventureiro” – e hóspedes – os “turistas aventureiros”, e resulta em um relacionamento que, muitas vezes, cria laços de amizade entre esses atores, extrapolando as relações comerciais (MENDONÇA; MORAES, 2011 apud MENDONÇA; MORAES, 2012, p. 1178).

Diante do exposto, os meios de hospedagem em experiências de TBC, diferentemente dos do Turismo Convencional, não se assemelham a construções de grande porte e possuem uma estreita relação com o local e com os modos de vida dos comunitários, além de serem gerenciados principalmente por famílias ou por associações da própria comunidade.

4.2 Experiências diversas

Dentre as inúmeras experiências de TBC no Brasil, tem-se a comunidade do Pesqueiro, na cidade de Soure, Ilha do Marajó/PA, como relatado por Boulhosa (2020), é uma das experiências proporcionadas pelo Edital de 2008 do Ministério do Turismo, que vislumbrou o turismo como uma alternativa de incrementar a economia local e passar a comercializar os roteiros turísticos.

A comunidade de Pesqueiro se situa em uma área costeira e está a aproximadamente 7 km da zona urbana de Soure. Vale ressaltar que a comunidade está inserida em uma RESEX, logo, se trata também de uma experiência de TBC em UC, ou seja, em uma área ambientalmente protegida (BOULHOSA, 2020).

O TBC em Pesqueiro vem se desenvolvendo com prática de passeios, hospedagem comunitária, residências de comunitários, restaurante e bar. Sendo realizados pelos próprios moradores, revelando assim a existência do protagonismo local (BOULHOSA, 2020).

Além dessas práticas:

é possível realizar vários passeios turísticos em contato direto com a natureza, caracterizada pela predominância de extensos manguezais e áreas de restingas, de onde pode-se avistar inúmeras aves da fauna local e apreciar a beleza cênica do litoral marajoara, em passeios de barcos por rios, furos e igarapés, passeios em carroças puxadas por búfalos, por praias quase desertas, trilhas e caminhadas ecológicas, visitas guiadas ao manguezal, com explicações das funções e importância desse ecossistema, e entrar em contato com o dia-a-dia de uma comunidade ribeirinha marajoara, em visitas às comunidades, à casa de pescadores, acompanhamento da pesca artesanal, catação de caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e turu (*Teredo*) extrativismo da andiroba (*Carapa guianensis*), entre muitos outros atrativos. (BOULHOSA; 2020 p.12).

Alguns desses passeios podem ser vistos na Figura 4, a seguir.

Figura 4 - Passeios de carroças puxadas por búfalos e passeio de barco por rios margeados por manguezais



Fonte: BOULHOSA, 2020.

Figura 5 - Preparação e degustação da iguaria "Turu", um dos atrativos do TBC na comunidade Pesqueiro



Fonte: BOULHOSA, 2020.

O TBC além de desenvolver o protagonismo local, tem contribuído para a geração de renda, conservação da natureza, da cultura e do bem estar social. Porém, BOULHOSA (2020) conclui que apesar dessas contribuições, faz-se necessário “uma profunda mudança na concepção, planejamento e desenvolvimento do turismo na região” de modo que para a construção de um turismo sustentável, só será possível se for considerado nesta construção a ideia de desenvolvimento sustentável, proporcionando assim que o marajoara também se desenvolva.

Outra experiência de TBC, tem-se a Vila do Aventureiro que se localiza no município de Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, e por sua vez, também está inserida dentro da Reserva Biológica da Praia do Sul e é diretamente influenciada pelo Parque Estadual Marinho do Aventureiro.

É importante mencionar que o desenvolvimento de TBC, em unidades ambientalmente protegidas, apesar de suas restrições quanto ao uso, gerando até mesmo conflitos internos e externos, proporciona aos atores de TBC proteções como constatado por Mendonça e Moraes (2012) na Vila do Aventureiro, que por se localizar em uma Reserva

Biológica, protegeu os moradores locais da especulação imobiliária, da urbanização descontrolada, da chegada de novos moradores e da expulsão dos nativos do local herdado.

Quanto ao tipo de turismo instaurado na localidade, Mendonça e Moraes (2012) mencionam que o modelo de turismo da Vila do Aventureiro se dá em lugar com pequena estratificação econômica, caracterizado por relações de parentesco e com uma configuração de cooperação local entre os moradores. Além disso, é possível visualizar o quanto o esquema cultural se mostra como um fator presente, em especial, os empreendimentos familiares e as relações de trabalho, bem como as relações de parentesco.

Observou-se também vários aspectos intimamente relacionados com o TBC, são eles: participação e protagonismo local, inclusão social, mobilizadores sociais, alternativa ao modelo hegemônico de turismo, sentimento de pertencimento e identidade, desenvolvimento de capacidade e escala limitada de recursos.

Acrescenta-se ainda o trabalho de Araújo et al. (2020) que apresentam a síntese de três estudos de caso:

i) A Pousada Uacari e o Turismo de Base Comunitária na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá, Brasil;

ii) Chalalan Ecolodge e o Turismo Comunitário no Parque Nacional Madidi, Bolívia: e,

iii) A Posada Amazonas e o Turismo Rural Comunitário no entorno da Reserva Nacional Tambopata, Peru.

No primeiro caso, o projeto de TBC é um dos pioneiros no Brasil e está centrado na Pousada Uacari, que se constitui em um *lodge* flutuante (Figuras 6,7 e 8), inaugurado em 1998, sendo:

[...] administrada por meio de uma gestão compartilhada entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Mamirauá (IDSM), parte das comunidades que residem no interior da referida reserva e por uma associação local prestadora de serviço do turismo criada no âmbito do projeto (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 28).

Figura 6 - Vista da Pousada Uacari



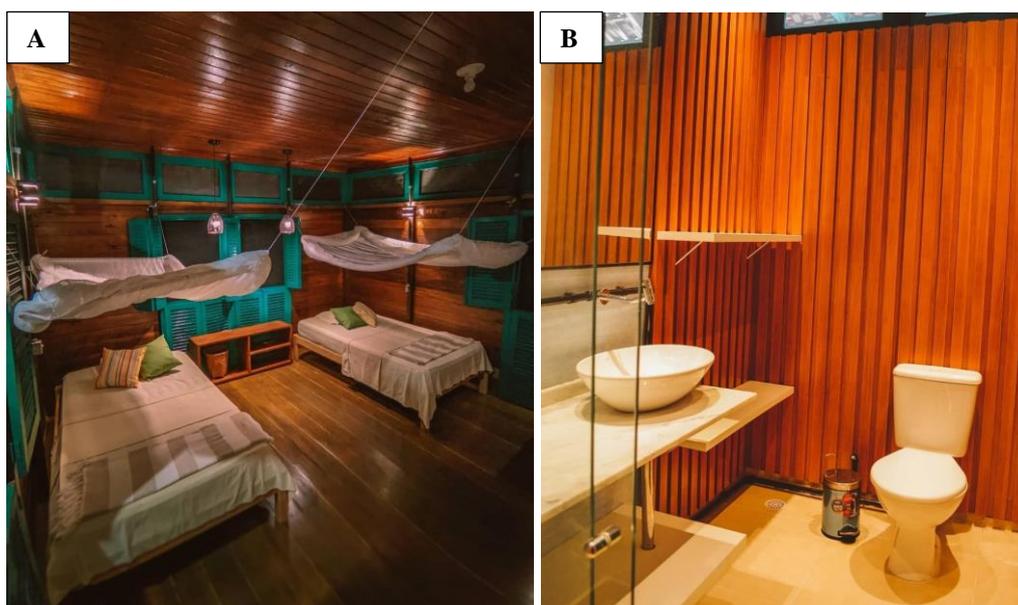
Fonte: Araújo, 2021.

Figura 7 - Unidades Habitacionais da Pousada Uacari



Fonte: Araújo, 2021.

Figura 8 - Aposentos e banheiro das unidades habitacionais da Pousada Uacari



Fonte: Araújo, 2021.

Esse empreendimento, segundo os referidos autores dispõe de uma taxa socioambiental cobrada aos visitantes que é destinada ao fundo comunitário. Assim, esta contribuição pode ser utilizada para a vigilância sanitária do setor realizada pelos comunitários ou para financiar projetos com vistas a melhorias de suas comunidades. Desta maneira, o empreendimento fortalece a organização e o desenvolvimento das comunidades e também ajuda a conservação da área através do superávit da área ou excedente.

O que importa ressaltar é que foi definido, no final de 2002, como seria a aplicação desse superávit: 50% seriam destinados à atividade de proteção ambiental da área do setor Mamirauá e outros 50% a projetos de desenvolvimento comunitários locais. Ademais,

[...] os moradores da reserva onde o empreendimento está localizado criaram critérios para que os recursos oriundos do ecoturismo (Fundo Comunitário) sejam divididos conforme o nível de participação da comunidade na conservação da área, atuando, portanto, como um incentivo a uma postura proativa na questão ambiental por parte das comunidades (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 30).

Nesse contexto, os autores ainda afirmam que:

Mamirauá é a maior Reserva em ecossistema de várzea na Amazônia brasileira. É um ambiente altamente dinâmico, que exigiu adaptação de todos que nele habitam, tendo a ocorrência de muitas espécies endêmicas (únicas). A atividade de ecoturismo associada ao empreendimento tem como fator de atração esses aspectos naturais, em especial a fauna abundante e as paisagens exuberantes de várzea, potencializados pela facilidade de observação da fauna, como o uacari-branco (*Cacajao calvus*), o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*), o pirarucu (*Arapaima gigas*) e o boto cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*) (ARAÚJO *et al.*, 2020, p. 31).

Os autores complementam que pesquisas indicam que essas espécies tiveram suas populações aumentadas no decorrer dos vinte anos de existência do projeto do TBC pois houve um aumento considerável das populações de *Melanosuchus niger* e *Arapaima gigas*. Por outro lado, ainda se constata impactos ambientais da atividade ecoturística como o estudo que indicou que o *Inia geoffrensis* deixou de utilizar a área onde foi instalada a pousada. Porém, “Existe um processo consistente de monitoramento de impacto ambiental da atividade, com metodologia específica e indicadores definidos” (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 31).

Por fim, o trabalho realizado pela Pousada Uacari

[...] influenciou algumas comunidades do setor a desenvolverem seus próprios empreendimentos turísticos com a construção de novas pousadas, como nos casos da Boca do Mamirauá e do Caburini, estando ainda outra na Vila Alencar em fase de aprovação de projeto e em busca de recursos [...] Entretanto, para avaliar o TSBC nesse arranjo com múltiplas estruturas com modelos e gestão independentes num mesmo território (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 31).

O segundo caso, o Chalalan Ecolodge, é uma pousada ecológica pertencente “à comunidade de San José de Uchupiamonas, com 74 famílias das etnias Quéchua e Tacana considerado uma referência no território indígena da Amazônia Boliviana, em decorrência do protagonismo da comunidade local” (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 34).

O sucesso da iniciativa, segundo os autores Araújo *et al.* (2020), é atribuído a três fatores-chaves:

i) Disponibilidade de capital financeiro, que permitiu a estruturação e a operação no desenvolvimento inicial e maturação do projeto; ii) Uma visão compartilhada do negócio compatível com a organização social, identidade local e os atrativos naturais do Parque Nacional e Área Natural de Manejo Integrado Madidi PNANMI; e iii) Foco na conservação e desenvolvimento de atividades sustentáveis e de baixo impacto no território (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 34).

Referente ao tema de sustentabilidade, o destino Rurrenabaque-Madidi-Pampas, onde está inserido o PNANMAI, de acordo com Araújo (2021), recebeu a Certificação de Turismo Sustentável em 2020, Biosphere. Este processo de certificação foi realizado por meio de uma grande articulação entre o Vice-Ministério de Turismo boliviano, Direção governamental de Beni, a Câmara Regional de Turismo de Rurrenabaque (CARETUR) e o referido parque. Ademais, para obtenção deste título foram realizadas capacitações periódicas no destino, em hotéis, restaurantes e operadores de turismo, como por exemplo, a atenção ao cliente, oficinas sobre cuidados com a natureza, com o manejo de resíduos sólidos, e ainda houve troca de luminárias mais ecológicas, dentre outras ações. Ressalta-se que também ocorreram oficinas de boas práticas de manipulação de alimentos.

A complementar, Araújo (2021) enfatiza que Rurrenabaque recebendo um turista com mais consciência ambiental, pois anteriormente se captava, desde os anos 80, os turistas israelitas que não eram muito conscientes com a natureza. Estes chegavam, e caçavam os animais e cortavam as árvores. E as autoridades e comunitários, em parte, decidiu-se, portanto, não receber mais este perfil de turista.

Na realidade, o que foi certificado foram centenas de hectares de áreas protegidas da Bolívia cujo objetivo para além da conservação ambiental é oferecer um turismo de qualidade, que ajude a conservar o que se tem, que seja consciente e responsável. Ressalta-se ainda que foi feito plano estratégico do destino com ações e boas práticas que serão implantados paulatinamente.

Segue a autora, referindo-se ao sistema de energia, esta acontece a partir de um painel solar à bateria, e em seguida:

se dá o processo de traslado por meio de cabos controlados em vários lugares com controles térmicos especiais, que por sua vez chegam até as cabanas. Trata-se de sistema ecológico, já que não se utiliza motores e por isso, investe-se em consumo eficiente de energia solar (ARAÚJO, 2021, p. 270).

Quanto ao sistema de abastecimento de água,

esta é bombeada do lago Chalalan utilizando-se um absorvente que só filtra a água limpa. Bombeia-se a mesma para o tanque pelo qual passa por dois controles, um que é o carbono, denominado de filtro purificador, e outro de sedimentação para que a água chegue limpa, controlada e mantida constantemente (ARAÚJO, 2021, p. 270).

Assim, “este filtro tem ligação direta com a cozinha para fazer a preparação de qualquer pressão constante controlada em filtro. Então, com a água que se prepara a comida não existe problema algum” (ARAÚJO, 2021, p. 270).

Um outro aspecto abordado pela autora “é que toda a estrutura física do Chalalan é feita com material do lugar, desde o teto, as paredes e os pisos, em madeira e pedras” (ARAÚJO, 2021, p. 270). o que torna o ambiente do *ecolodge* integrado ao ambiente, conforme Figura 9, a seguir.

Figura 9 - Estrutura com material do local

Fonte: Araújo, 2021.

Além do mais, Araújo (2021) comenta que o Chalalan:

oferece um circuito de trilhas (Fotografia 153) para fazer diferentes atividades. Tem-se, por exemplo, observação de aves, passeios de canoas (Fotografia 154), focagem de jacarés e caminhadas noturnas. Faz-se, também, interpretação de bosques tropicais úmidos e conta-se com o tema da medicina tradicional, quando o guia explana no decorrer do trajeto as propriedades das mais variadas plantas medicinais. Outro atrativo que é realizado quando da estada de grupos, é a “Noite Tradicional” (Fotografia 155-158), quando se demonstra parte da cultura local, um pouco de sua história, música, dança, jantar de comidas típicas e além disso, oferece-se um safari fotográfico. Tem-se como atrativo principal é o lago Chalalan com seu píer (Fotografia 159) e em suas margens o Albergue (ARAÚJO, 2021, p. 271).

Figura 10 - Circuito das trilhas



Fonte: Araújo, 2021.

Figura 11 - Passeio de canoas



Fonte: Araújo, 2021.

Figura 12 - Noite tradicional

Fonte: Araújo, 2021.

Figura 13 - Pier à beira do Lago Chalalan



Fonte: Araújo, 2021.

Vê-se, portanto, que o Chalalan apresenta uma preocupação, desde o seu aspecto arquitetônico até seu patrimônio histórico e cultural, com a conservação do meio ambiente natural, portanto existem ações de sustentabilidade que dão garantias para que seja um empreendimento hoteleiro referência na Bolívia.

O último e terceiro caso apresentado por Araújo (2020), trata da Posada Amazonas situada na Amazônia Peruana, considerada uma das referências de Turismo Rural Comunitário naquele país.

A Posada Amazonas

é um meio de hospedagem construído com base em materiais da região, combinando a arquitetura com desenho típico local, oferecendo comodidade e conforto. Cercado por natureza, conta com 30 habitações que dispõem de banheiros privados. Esses espaços são feitos de paredes de cana, revestidas de argila, que regulam a temperatura e isolam ruídos de modo natural. Os pisos são de madeira e não há janelas internas, o que integra cada habitação à natureza, além de preservar o estilo da construção ancestral (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 38).

O empreendimento está sob as administrações compartilhadas entre a Rainforest Expeditions e a comunidade, que toma suas próprias decisões a respeito dos melhores investimentos a serem feitos, bem como a sua infraestrutura e ampliações (ARAÚJO, 2020).

No que tange ao manejo de resíduos:

o manejo de resíduos e as atividades de conservação da Posada Amazonas estão baseados no Plano Integral de Manejo de Energia, Água e Resíduos (PIMEAR). Existe um depósito onde encontram-se papel, plásticos, metal, vidro, que são

rotulados, pesados e enviados para a Prefeitura de Puerto Maldonado, que se encarrega de os levar para o aterro sanitário ou destinados para reciclagem. Com relação ao lixo orgânico, tem-se um poço séptico onde passam por um tratamento por meio de cal e também de um componente químico (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 40).

Além disso, os autores enfatizam que existe uma vertente de cuidados que trata da implementação da política Zero Plástico. É um programa que consiste em educar os hóspedes e seus colaboradores a deixarem de usar, de comprar e de não trazerem para a pousada nenhum artigo de plástico. Além do mais, a comunidade nativa tem investido para que haja conscientização ambiental com relação a flora e a fauna por meio de programas de empresas privadas e públicas que os apoiam. Por outro lado, o governo paga a quantia de USD 2,67 por cada hectare conservado dos comunitários (ARAÚJO, 2020).

Adicionalmente, houve uma ação do Estado para as comunidades que se constitui em um programa de pagamentos por serviços ambientais para a conservação de bosques em que a comunidade nativa do Inferno foi contemplada. Esta receita contribui para a conservação do meio ambiente e favorece a dinâmica do turismo, possibilitando avançar em ações coletivas nesse sentido (ARAÚJO, 2020, p. 40).

E ainda, “o restaurante da pousada oferece em seus cardápios alimentos e bebidas - elementos da culinária regional, respeitando aspectos da cultura e da natureza” (ARAÚJO, 2020 p. 42).

Com relação ao armazenamento do lixo, tem-se um espaço, onde este é guardado em grandes sacos com identificação, na cor preto. Nesses,

encontram-se papel, plásticos, metal, vidro, o que, com muito cuidado, são rotulados, pesados e enviados para a Prefeitura de Puerto Maldonado, que se encarrega de os levar para o aterro sanitário, onde são distribuídos para reciclagem. Com relação ao lixo orgânico, tem-se um poço séptico onde passam por um tratamento por meio de cal e também de um componente químico (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 392).

[...] A complementar enfatiza-se que a Posada Amazonas trabalha com poços para biodigestores, que têm um sistema de perfuração onde tudo é filtrado, para no final, ter-se uma água que não contamina os rios nem as áreas verdes. Além disso, trabalha com cisternas, ozônio e cloro (ARAÚJO *et al.* 2020, p. 392).

Assim, verificou-se que esses exemplos carregam em sua essência alguns dos princípios do TBC tendo destaque para o da Conservação da sociobiodiversidade em uma escala maior ou menor. O que importa aqui, é o tecido que é feito ao se pensar em iniciativas como esse modelo de gestão turística, visto que essas experiências não seguem uma receita,

pois são resultados de decisões coletivas de uma dada comunidade que estão sempre em processo de aprendizagem.

4.3 Breves considerações sobre sustentabilidade e sua relação com os meios de hospedagem

As discussões acerca da capacidade planetária, quanto a oferta e disponibilidade dos recursos naturais para a sobrevivência humana, bem como para a existência das demais formas de vida, fez com que o termo “sustentabilidade” se tornasse uma importante pauta em meio aos principais debates sobre as questões ambientais.

Falar em sustentabilidade, é pensar na:

[...] capacidade de se sustentar, de se manter. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser mantida para sempre. Em outras palavras: uma exploração de um recurso natural exercida de forma sustentável durará para sempre, não se esgotará nunca.” (MIKHAILOVA, 2004, p. 25).

Nessa perspectiva, pensar no uso ambientalmente correto dos recursos naturais, de modo que estes atendam às necessidades das gerações atuais não comprometendo a sua existência e utilização por parte das gerações futuras, não se configura como uma novidade para os tempos atuais. Pois, a partir do século XVIII é possível mencionar diversas publicações e estudos que já traziam à tona considerações dos problemas enfrentados pelo meio ambiente na época, como podem ser visualizados na Tabela 02 abaixo.

Tabela 2 - Publicações de livros e estudos que apresentavam discussões sobre os problemas ambientais a partir do século XVIII

TIPO	ANO	AUTOR	DESCRIÇÃO
Livro	1713	Hans Carl Von	Publicou a obra “ <i>Sylvicultura Oeconomica</i> ” (em português: significa silvicultura econômica), que abordava a extração desenfreada de madeira na Europa, bem como os impactos

TIPO	ANO	AUTOR	DESCRIÇÃO
			acarretados no bem-estar, econômico e social.
Estudo	1798	Thomas Malthus	Realizou o então conhecido estudo “ <i>First Essay on Population</i> ” (em português: Primeiro ensaio sobre a população) que indica a finitude dos recursos naturais, tendo em vista o aumento populacional que crescerá de forma geométrica diferentemente dos recursos crescerão em uma progressão aritmética.
Livro	1962	Rachel Carson	Publicou o livro “ Silent Spring ” (traduzindo significa “Primavera Silenciosa”) que trata sobre as consequências da utilização de pesticidas para o meio ambiente.
Livro	1972	Donella Meadows et al	Responsáveis pela autoria do livro “ <i>The Limits to Growth</i> ” que também retoma o que Malthus também afirma, a finalidade dos recursos, porém os elaboradores do livro indicaram que os recursos esgotam em 100 anos.

Fonte: Adaptado de FARACO (2015).

Além dos trabalhos apresentados acima, é necessário citar as conferências mundiais que também muito contribuíram para os avanços nas discussões e práticas ambientais que, segundo Dias (2006), são elas:

- Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano (também conhecida como Conferência de Estocolmo), que ocorreu em 1972 na Suécia, reunindo em torno de 113 representantes de países e teve como pauta o estabelecimento de uma visão mundial e de princípios que norteassem e orientassem a humanidade, objetivando a preservação e melhoria do meio ambiente;

- Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente, realizada em 1987, que como contribuição, trouxe o conceito de desenvolvimento sustentável, conceito este que possibilitou a incorporação da sustentabilidade social e econômica à sustentabilidade ambiental;

Após o mundo colocar como tema central de suas discussões a causa ambiental, como visto em todo o cenário exposto acima, o Turismo, assim como diversas outras áreas, passaram a incluir práticas sustentáveis em suas atividades, além disso, como afirma EMBRATUR (2010) *apud* De Matos e Costa (2012) “com o desenvolvimento da consciência socioambiental da população, os turistas demandam (...) maior sustentabilidade (não só ambiental – mas social e econômica)”.

Atrelado à preocupação do Turismo em incorporar a sustentabilidade, a Hotelaria que “é um ramo importante do setor turístico, pois para que a atividade de viagem possa ser realizada (...) é necessário que exista um local para acomodação” (DE MATOS; COSTA, 2014, p. 52) também passou a ter um maior cuidado em priorizar o desenvolvimento de práticas ambientalmente corretas em seus meios de hospedagem⁵ de acordo com os seus tipos de

⁵ Consideram-se meios de hospedagem os empreendimentos ou estabelecimentos, independentemente de sua forma de constituição, destinados a prestar serviços de alojamento temporário, ofertados em unidades de frequência individual e de uso exclusivo do hóspede, bem como outros serviços necessários aos usuários, denominados de serviços de hospedagem, mediante adoção de instrumento contratual, tácito ou expresso, e cobrança de diária. (Brasil, 2008).

classificação⁶, pois também é um ramo que pode gerar impactos ambientais⁷, e estes de acordo com Ruschmann (1997),

concentram-se no esgotamento dos recursos naturais, no consumo de água e energia, na alteração da qualidade da água, nos efluentes de esgotos não tratados, no aumento da quantidade de resíduos sólidos e na poluição do ar, pela emissão de gases na atmosfera (RUSCHMANN, 1997 *apud* MATOS, 2015, p. 10).

Logo, os meios de hospedagem “como um dos principais serviços do turismo” (CONTO; BONIN; PRATES, 2016, p. 01) faz-se “necessário o desenvolvimento de medidas de sustentabilidade na operacionalização de suas atividades” (CONTO; BONIN; PRATES, 2016 p. 01), atentando-se “para a diminuição da emissão de gases; uso de recursos naturais, especialmente água, luz e combustível; reuso e reciclagem; e, planejamento das construções para melhor utilização de recursos naturais” (FARACO, 2015, p. 52).

⁶ Os meios de hospedagem são classificados como:

Hotel: Estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária.

Resort: Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento.

Hotel Fazenda: Localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo.

Cama & Café: Hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida.

Hotel Histórico: Instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida. Entende-se como fatos histórico-culturais aqueles tidos como relevantes pela memória popular, independentemente de quando ocorreram, podendo o reconhecimento ser formal por parte do Estado brasileiro, ou informal, com base no conhecimento popular ou em estudos acadêmicos.

Pousada: Empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs.

Flat/Apart-hotel: Constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação. (Ministério do Turismo, 2010, p. 6-7).

⁷ É qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização. (ISO-14001)

5 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Nesta seção, serão abordados aspectos do local de estudo, com o intuito de melhor localizar e detalhar a região pesquisada, explicando e descrevendo as suas características gerais como as da APA do Delta do Parnaíba, perpassando pelas características da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, chegando até as mais específicas do povoado Canárias.

5.1 Aspectos gerais da APA do Delta do Parnaíba e da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba

De maneira genérica, o TBC tem “surgido em localidades que concentram riqueza ecossistêmica e beleza cênica associada a uma diversidade sociocultural (...) sobretudo nas áreas litorâneas e ribeirinhas” (DE MORAES; FRAGELLI, IRVING, 2017, p. 1874). Dentre essas localidades litorâneas e com alto potencial turístico temos o:

encontro entre o Rio Parnaíba e o Oceano Atlântico [...]. Ao aproximar-se do Oceano Atlântico, o Rio Parnaíba ramifica-se entre os estados do Maranhão e Piauí formando um grande estuário em forma de Delta, o único em mar aberto das Américas” (MACHADO JÚNIOR; MACEDO, 2016, p. 74).

Conhecido como:

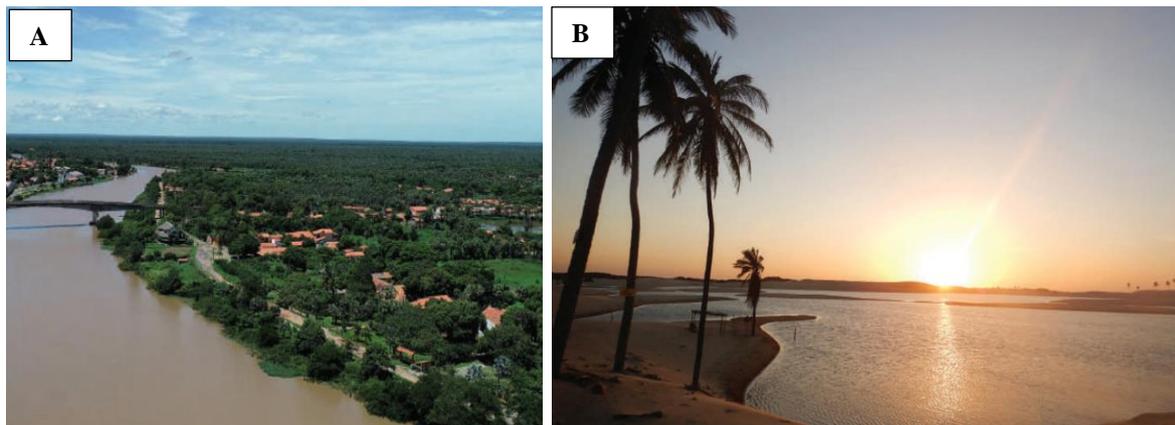
Delta do Parnaíba (...) também conhecido como Delta das Américas, localizado na região nordeste do país, entre os estados do Maranhão e Piauí, que possui grande vocação ecoturística, científica e turística cultural (MACHADO JÚNIOR; MACEDO, 2016, p. 73).

Ademais, a região do Delta do Parnaíba, no que diz respeito a sua caracterização geográfica, compreende uma extensão territorial:

cerca de 2.750 Km² (GUZZI, 2012 *apud* JÚNIOR; MACEDO, 2016, p.74), com 65% da área localizada no Maranhão e 35% no Piauí. É formado por aproximadamente 80 ilhas e ilhotas, cercadas por rios, igarapés e baías, além de cinco barras: do Caju, Melancieiras e Tutóia, no Maranhão; Canárias, entre o Maranhão e Piauí; e Igarapu, no Piauí (MACHADO, 2009 *apud* MACHADO JÚNIOR; MACEDO, 2016, p. 74).

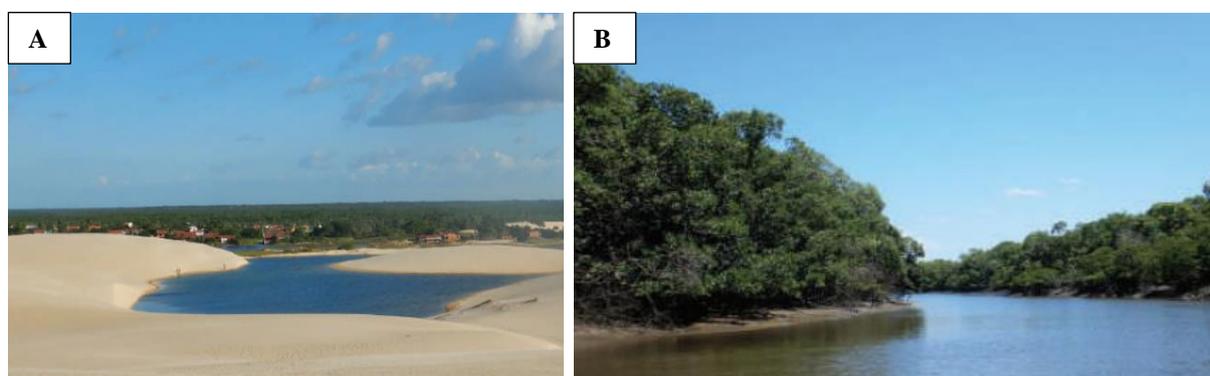
A adentrar-se nos limites que compreendem o Delta do Parnaíba, existe a Área de Proteção Ambiental do Delta do Parnaíba, pertencente ao bioma marinho costeiro, a mesma abrange três estados, sendo estes: Maranhão, Piauí e Ceará, totalizando uma área de 309.594 hectares, criada pelo Decreto S/N de 28 de agosto de 1996 (ANEXO B) e tem como órgão responsável por sua gestão o ICMBIO.

Figura 14 - Rio Parnaíba, município de Parnaíba-PI e Dunas da Praia do Amor, Tutóia/MA, respectivamente



Fonte: Acervo APA Delta do Parnaíba/ICMBIO, 2019.

Figura 15 - Tutóia-MA e Igarapé na Barra da Melancieira, Tutóia-MA, respectivamente



Fonte: Acervo APA Delta do Parnaíba/ ICMBIO, 2019.

A sobrepor a área da APA tem-se a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba conforme Figura 17, criada pelo Decreto Federal, S/N, de 16 de novembro de 2000) que é “[...] composta de:

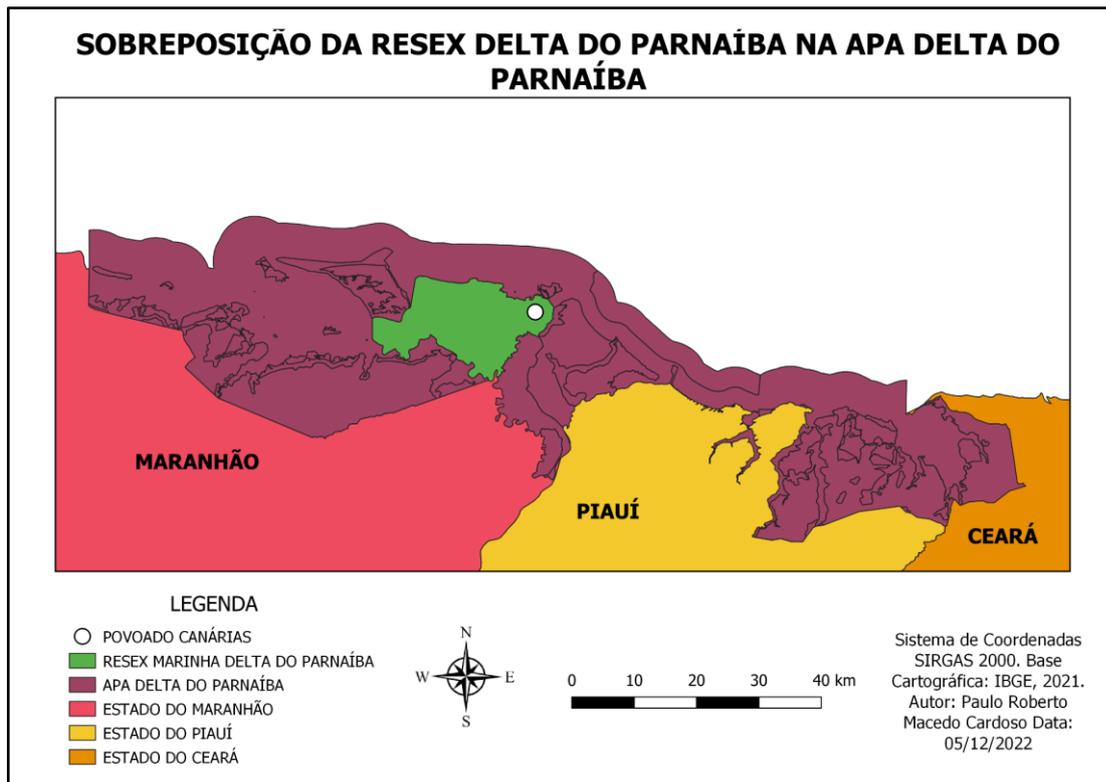
algumas Ilhas do delta, compreende os municípios de Ilha Grande (PI) e Araisos (MA) e abrange uma área de aproximadamente 275,6 km² [...] nela se destaca a Ilha das Canárias, a segunda maior do delta, com cinco povoados (Canárias, Passarinho, Caiçara, Torto e Morro do Meio) e aproximadamente 3.000 habitantes, que vivem em sua maioria basicamente da pesca, da cata do caranguejo e da agricultura em pequena escala (MATTOS, 2009 *apud* BARTHOLO, SAN SOLO, BURSZTYN, 2009, p. 306).

Figura 16 - Mapa RESEX Marinha do Delta do Parnaíba



Fonte: ICMBIO, 2022

Figura 17 - Sobreposição da RESEX Marinha do Delta do Parnaíba na APA homônima



Fonte: O autor (2022).

A RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, de acordo com material intitulado “Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação: caderno de experiências” publicado em 2019 pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, comprova que o Turismo de Base Comunitária já é uma realidade na região e como pode ser visto também no mapa abaixo, elaborado como resultado de processos formativos na UC:

Figura 18 - Ilustrativo dos atrativos do TBC na Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba



Fonte: ICMBIO (2019).

A título de informação, a figura acima foi elaborada com a participação dos comunitários, como por exemplo, os artesãos, pescadores, marisqueiras e empreendedores, na oficina de capacitação proporcionada pelo ICMBIO, em 2019.

A revoada dos guarás, além dos ilustrativos acima, também se mostra como um dos atrativos turísticos, conforme Figura 19, a seguir.

Figura 19 - Revoada dos guarás no Delta do Parnaíba



Fonte: Brasil (2016).

5.2 Aspectos gerais de Canárias

Canárias, é uma das comunidades extrativistas pertencente ao município de Araisos-MA, que por sua vez, se localiza a aproximadamente 410 km da capital São Luís. Como já citado anteriormente, Canárias é dos povoados que compõem a Ilha das Canárias, (composta por cinco povoados: Canárias, Torto, Morro do Meio, Passarinho e Caiçara), “maior povoado da Ilha, com cerca de mais de 1.200 habitantes” (MATTOS, 2009 *apud* BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 307) compreendendo aproximadamente 282 famílias que vivem na sua grande maioria da pesca, porém como observado por Bartholo, Sansolo e Bursztyn (2009):

a realidade local é mais complexa, conjugando várias atividades. Além da pesca e da roça, alguns moradores dedicam-se à criação de gado (vaqueiro) e a atividades ligadas ao comércio e a prestação de serviços públicos (professor, agentes de saúde, auxiliar da escola, entre outros). (MATTOS, 2009 *apud* BARTHOLO; SANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 310).

De acordo com Rede de Mulheres do Delta do Parnaíba, veiculado em uma de suas redes sociais (*Instagram*), Canárias:

É a comunidade da RESEX Delta com maior número de habitantes e taxa de visitação de pessoas internas e externas à Resex. Possivelmente sua proximidade com os municípios de Ilha Grande-PI e Parnaíba- PI influenciam essa realidade. O acesso a

comunidade é fácil e rápido, podendo ser realizado via barco ou lancha a partir do porto dos Tatus-PI ou de Araiões. O modo de vida predominante é a pesca artesanal. O turismo também ganha força com grande potencial para o Turismo de Base Comunitária. Além disso, o local apresenta maior estrutura de serviços em relação às outras comunidades da RESEX. Há também uma influência urbana que já marca a comunidade. (Retirado do Instagram: mulheres_rmdp).

Complementando as informações sobre Canárias, apresenta-se um pouco acerca da história da comunidade, por meio de um poema que compõe o livro intitulado “Ilha das Canárias” escrito por uma moradora da própria comunidade:

Ilha das Canárias

Como toda ilha encontrada
Sempre tem desbravadores
E Canárias não foi diferente
Sabe quem a encontrou?

Foi em 14 de novembro
Precisamente em 1806
Que desbravadores cearenses
Chegaram pela primeira vez.

Vieram lá de Acaraú
Cidade do estado do Ceará
Pois andavam navegando
E em Canárias vieram parar.

Um deles era Chico Bezerra
Pescador corajoso e decidido
Que junto de seus colegas
Enfrentaram muitos perigos.
Logo ao chegarem na ilha
Começaram a trabalhar
Fizeram dois grandes currais
E nas águas foram armar.

E vem daí a tradição
Das pescarias de currais
Passada de pai pra filho
A arte dos ancestrais.

Tempos depois chegou na ilha
Um conterrâneo do seu lugar
Que se chamava João Branco
E no Passarinho resolveu morar.

Lá ele descobriu terras férteis
Boas para a plantação
Também criou o gado e ovelha
E plantou milho e feijão.

Fazia um vantajoso comércio
 Com a cidade de Parnaíba
 Vendendo tudo o que plantava
 Pra sustentar sua família.

Chico Bezerra e João Branco
 Foram grandes desbravadores
 Povoaram a Ilha das Canárias
 E foram grandes pescadores.

Antes deles, porém
 Houve outros habitantes
 Foram os índios Tremembés
 Em tempos mais distantes.

Anos depois outras pessoas
 Foram chegando na Ilha
 Construindo suas casas
 E aumentando suas famílias.

Quanto ao nome de Canárias
 Existem duas versões
 Podendo ser escolhida
 A que chamar mais atenção.

Um dia que Chico Bezerra
 Querendo homenagear
 Seus avós espanhóis
 Escolheu o nome do lugar.

E chamou de Canárias
 Para poder se lembrar
 Da ilha que os avós viviam
 Na Espanha no meio do mar.
 A outra diz que esse nome
 É por causa de um capim
 Chamado de ‘canarama’
 Que na enchente parava aqui.

E assim é a história
 Dessa ilha maranhense
 Que guarda muitos mistérios
 De um povo canarense.

Claudiana Carvalho da Costa

Em Canárias, como observado por Mattos (2009 *apud* BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 313), “já é perceptível a transição das atividades dos moradores para obterem os benefícios do turismo”, em especial o Turismo de Base Comunitária como afirma Galeno (2019, p. 551):

vem sendo efetivada pelos comunitários como alternativa, complemento de renda [...] através da implementação de projetos e ações para Turismo de Base Comunitária-TBC

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir, apresenta-se o principal capítulo desta monografia, pois nele serão evidenciados os resultados obtidos, bem como as discussões dos mesmos à luz da bibliografia disponível, comparando-os com autores que em suas pesquisas obtiveram resultados semelhantes ou diferentes em relação aos encontrados.

6.1 Identificação dos gestores, proprietários e/ou colaboradores dos meios de hospedagem

Em Canárias, realizaram-se sete entrevistas com agentes que estão diretamente ligados aos meios de hospedagem, destes, quatro são proprietários (57,14% dos entrevistados), uma gestora (14,28% dos entrevistados), um proprietário e gestor (14,28% dos entrevistados) e na categoria outros, tem-se uma Tutora, pois os proprietários são menores de idade (14,28% dos entrevistados).

Observou-se que dentre os proprietários, gestores e/ou colaboradores dos meios de hospedagem, 57,14% são do sexo feminino e 42,85% são do sexo masculino, ou seja, as mulheres representam um quantitativo superior ao de homens proprietários e/ou gestores dos meios de hospedagem. Neste dado, é possível relacionar ao que afirmam Betti e Dernandin (2019 *apud* VIEIRA *et al*, 2022, p. 5), de que em “iniciativas implementadas, de cunho comunitário [...] o protagonismo feminino pode alavancar o desenvolvimento local, reduzindo as desigualdades entre gêneros.”

Além disso, 57,14% são nativos e 42,85% não nasceram no povoado, ou seja, não-nativos, porém, todos residem no povoado Canárias. Constata-se assim, uma das características do Turismo de Base Comunitária, que é o protagonismo social, que de acordo com Grimm *et al* (2017, p. 57) “na gestão do Turismo de Base Comunitária [...] a comunidade local é o principal ator na gestão e no desenvolvimento da atividade”.

Em síntese, os dados apresentados podem ser vistos na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Tipo de relação com os meios de hospedagem, sexo e residência dos entrevistados

Tipo de relação com o empreendimento	Proprietário	4	Residente	Nativo	4
	Gestor	1		Não nativo	3
	Proprietário e Gestor	1			
	Outros	1	Não residente	Nativo	0
Sexo	Feminino	4		Não nativo	0
	Masculino	3			

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Partindo do quantitativo de entrevistados, identificaram-se sete (7) meios de hospedagem, listados a seguir, na Tabela 4, com os seus respectivos entrevistados:

Tabela 4 - Listagem dos meios de hospedagem e dos entrevistados

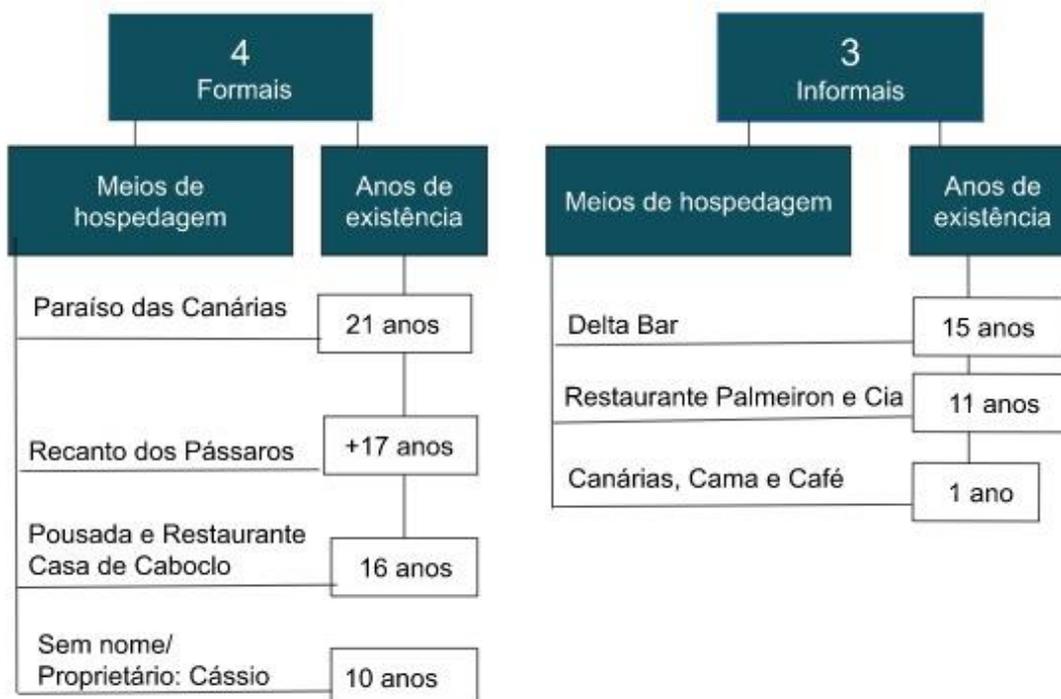
Entrevistado	Meio de Hospedagem correspondente
1. Claudiana Carvalho da Costa	Canárias Cama e Café
2. Daniel Feydit da Silva	Pousada e Restaurante Casa de Caboclo
3. Maria Lúcia Sousa Freitas	Delta Bar
4. Santina Eufrazio Gaspar	Paraíso das Canárias
5. Antônia Rosenilde C. Nascimento	Restaurante Palmeiron e Cia
6. Amadeus da Cruz Santos	Recanto dos Pássaros
7. Cássio Santos da Silva	Sem nome comercial

Fonte: elaborado pelo autor

6.2 Caracterização dos meios de hospedagem

Quanto aos meios de hospedagens identificados, caracterização e ano de existência foram constatados, conforme o infográfico apresentado através da Figura 28:

Figura 20 - Infográfico explicitando os meios de hospedagem, seu tipo de formalidade e anos de atuação desde a sua fundação

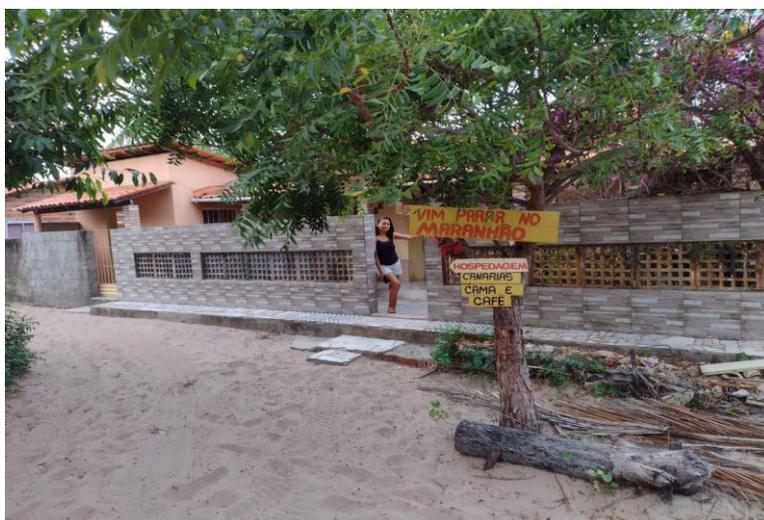


Fonte: O autor (2022).

Aproveita-se para apresentar alguns espaços registrados de cada um dos meios de hospedagem identificados:

- Meio de hospedagem: Canárias, Cama e Café

Figura 21 - Fachada do meio de hospedagem Canárias, Cama e Café com sua proprietária



Fonte: O autor (2022).

Figura 22 - Cama, pintura decorativa, rede e mesa de apoio



Fonte: O autor (2022).

Figura 23 - Eletrodomésticos e mesa suporte



Fonte: O autor (2022).

Figura 24 - Vista parcial do quarto com a cama principal do quarto



Fonte: O autor (2022).

Figura 25 - Cama secundária do quarto e demais objetos que compõem a estrutura e organização do quarto



Fonte: O autor (2022).

- Meio de hospedagem: Pousada e Restaurante Casa de Caboclo

Figura 26 - Fachada do meio de hospedagem Pousada e Restaurante Casa de Caboclo



Fonte: O autor (2022).

Figura 27 - Estrutura de madeira e decoração dos quartos



Fonte: O autor (2022).

Figura 28 - Redes, tapeçarias e decoração dos quartos



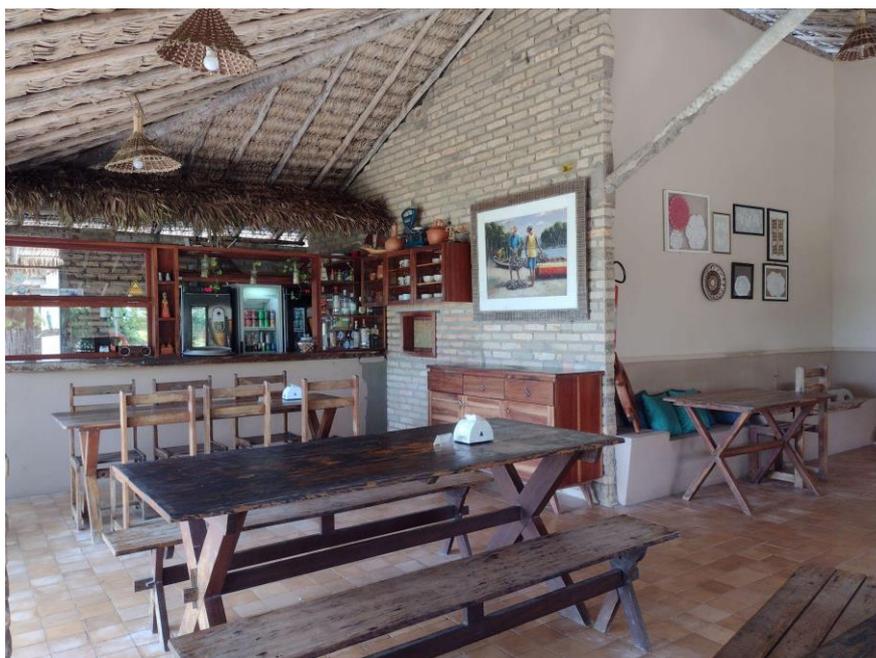
Fonte: O autor (2022).

Figura 29 - Bar do meio de hospedagem Restaurante Casa de Caboclo



Fonte: O autor (2022).

Figura 30 - Espaço de vivência e alimentação



Fonte: O autor (2022).

Figura 31 - Área externa de vivência e alimentação



Fonte: O autor (2022).

- Meio de hospedagem: Delta Bar

Figura 32 - Fachada do meio de hospedagem Delta Bar



Fonte: O autor (2022).

Figura 33 - Fachada do meio de hospedagem Delta Bar



Fonte: O autor (2022).

Figura 34 - Estrutura e organização do quarto do meio de hospedagem Delta Bar



Fonte: O autor (2022).

Figura 35 - Cama de um dos quartos



Fonte: O autor (2022).

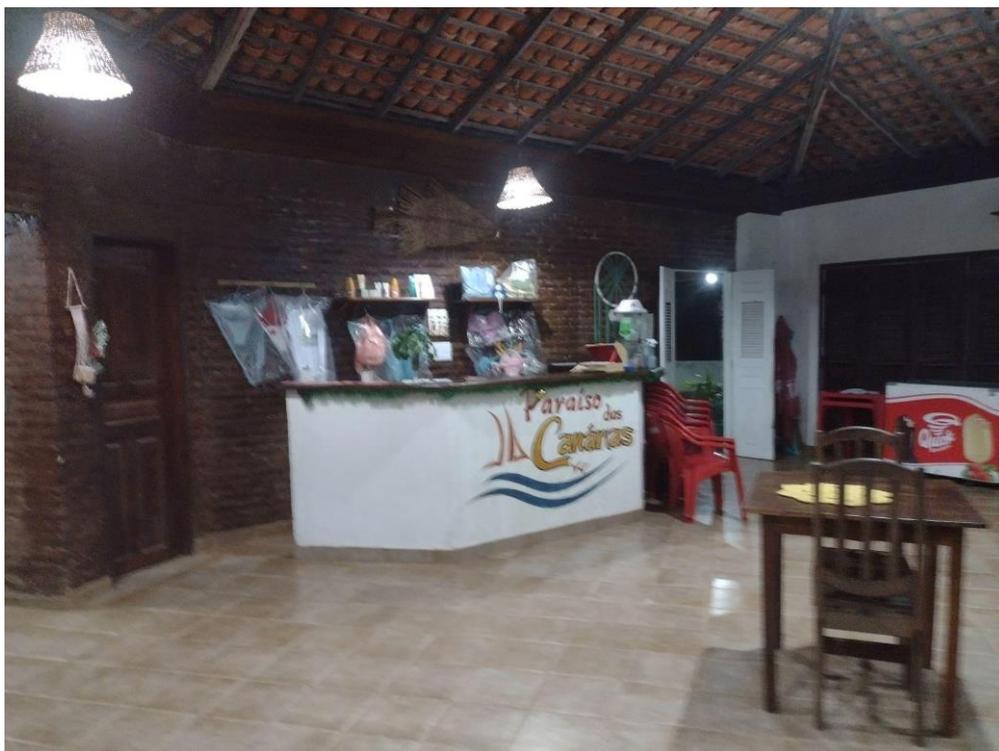
- Meio de hospedagem: Paraíso das Canárias

Figura 36 - Varanda de acesso aos quartos do meio de hospedagem Paraíso das Canárias



Fonte: O autor (2022).

Figura 37 - Bar e espaço de vivência



Fonte: O autor (2022).

Figura 38 - Piscina e área externa



Fonte: O autor (2022).

- Meio de hospedagem: Restaurante Palmeiron e Cia

Figura 39 - Fachada do meio de hospedagem do Restaurante Palmeiron e Cia



Fonte: O autor (2022).

Figura 40 - Varanda e área de vivência do Restaurante Palmeiron e Cia



Fonte: O autor (2022).

Figura 41 - Varanda e portas dos quartos



Fonte: O autor (2022).

Figura 42 - Varanda e área de vivência do Restaurante Palmeiron e Cia



Fonte: O autor (2022).

Figura 43 - Área externa do Restaurante Palmeiron e Cia



Fonte: O autor (2022).

- Meio de hospedagem: Recanto dos Pássaros

Figura 44 - Varanda e área de vivência do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



Fonte: O autor (2022).

Figura 45 - Área externa do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



Fonte: O autor (2022).

Figura 46 - Área externa do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



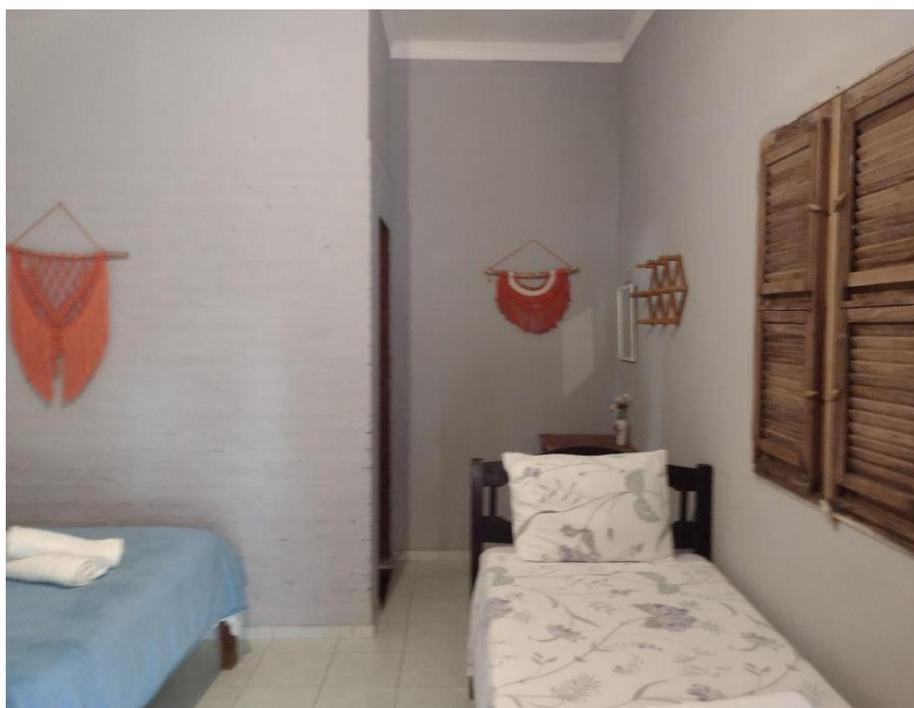
Fonte: O autor (2022).

Figura 47 - Chalés do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



Fonte: O autor (2022).

Figura 48 - Estrutura e organização do quarto do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



Fonte: O autor (2022).

Figura 49 - Cama e organização do quarto do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros



Fonte: O autor (2022).

- Meio de hospedagem: Sem nome comercial/ Proprietário Cássio.

Figura 50 - Fachada do meio de hospedagem sem nome comercial do proprietário Cássio



Fonte: O autor (2022).

Figura 51 - Fachada do meio de hospedagem sem nome comercial do proprietário Cássio



Fonte: O autor (2022).

Como exposto, 57,14% dos meios de hospedagem são formais. Vale frisar, que neste trabalho entende-se como formal os meios de hospedagem que possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); os demais (42,85%), são informais. Verificou-se também que os meios de hospedagem formais possuem em média 16 anos de existência, já os informais, possuem em média nove anos, como pode ser comprovado no fluxograma apresentado anteriormente.

Quanto ao tamanho dos meios de hospedagem, 57,14% se consideram como de pequeno porte e os 42,85% restantes, se consideram como de médio porte e nenhuma como de grande porte. É importante destacar que a percepção dos 42,85% entrevistados que se consideram como de médio porte, não condiz com afirmação do Sebrae (2013), pois estas possuem menos de 49 colaboradores, sendo assim classificadas como de pequeno porte.

Ainda sobre os colaboradores, questionou-se sobre a existência de parentesco com os entrevistados (proprietário e/ou gestores), onde 42,85% afirmaram que sim (sendo: irmãos, primos e compadres), 28,57% afirmaram não possuir relação de parentesco e 28,57% a pergunta não se aplicou pois não possuem colaboradores. Da mesma maneira, Mendonça e Moraes (2012) em um estudo de caso da Vila do Aventureiro, Ilha Grande-Rio de Janeiro, observou que a força do turismo e o quanto que o esquema cultural local se fez presente nas transformações locais, com um maior destaque para empreendimentos e relações de trabalho baseadas no parentesco.

Tabela 5 - Listagem dos meios de hospedagem com seus respectivos quantitativos de colaboradores

Meios de hospedagem	Quantidade de colaboradores
Canárias Cama e Café	0
Delta Bar	5
Paraíso das Canárias	1
Restaurante Palmeiron e Cia	0
Recanto dos Pássaros	2
Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	15
Sem nome comercial	8
Total	31 (trinta e um)

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

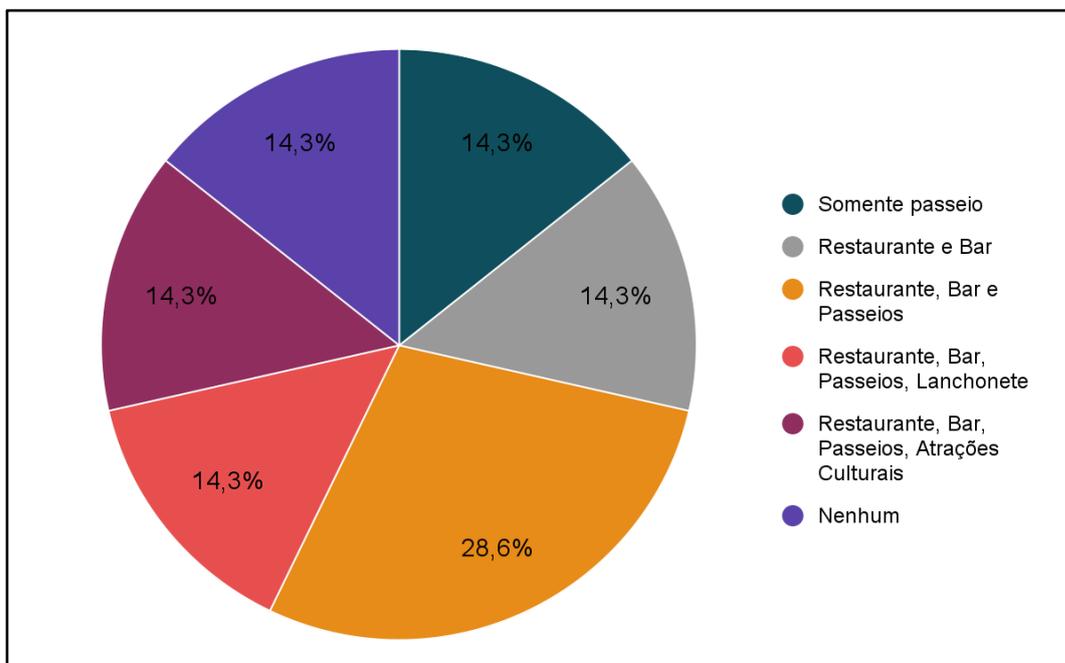
Dessa maneira, observa-se que os meios de hospedagem geram direta ou indiretamente, a geração de emprego e renda a mais ou menos 31 pessoas da própria comunidade, tendo em vista que os “destinos turísticos atraem os meios de hospedagem, o que gera o fortalecimento da economia local [...] o crescimento das oportunidades de trabalho, emprego e renda” (DOS SANTOS *et al.*, 2021, p. 158)

No que tange ao quantitativo de hóspedes por mês, observou-se que em dois (2) dos meios de hospedagem chegam em média a 100 hóspedes, em dois meios de hospedagem em torno de 10 a 15 hóspedes e os demais não definiram uma média, pois o fluxo de hóspedes é bastante variável. Associado ao quantitativo de hóspedes por mês, constatou-se que estes permanecem no mínimo uma noite e no máximo três dias, não sendo muito diferente em um dos estudos de Sansolo e Bursztyn (2009), onde afirma que a maior parte das experiências pode ser reconhecida em um final de semana (de dois a três dias).

O público hóspede que mais frequenta, são europeus, como afirmam 57,14% dos entrevistados, e por brasileiros de outros estados, como respondido por 42,85% dos entrevistados. Logo, o turismo desenvolvido no Povoado Canárias, tem por base o recebimento de turistas de fora do país. Diferentemente de Santos et al (2021) que, em seu trabalho “Práticas de Desenvolvimento Sustentável em Unidades de Conservação” que tinha por objetivo identificar se os meios de hospedagem de Barra Grande e Jericoacoara tem adotado práticas de sustentabilidade constatou que o público alvo que mais frequenta são os turistas brasileiros, compreendendo assim de que o turismo nacional é um turismo preponderante nas regiões de estudo do autor, enquanto que em Canárias o turismo internacional é mais prevalente.

A baixa temporada, ou seja, o período do ano em que recebem menos hóspedes, é citado pelos proprietários e ou gestores dos meios de hospedagem, alguns meses que compreendem do início à metade do ano, no caso, entre março a junho, e por sua vez, o período da alta temporada (recebimento de um quantitativo maior de hóspedes) compreende de julho ao início do ano seguinte, no caso fevereiro. Ainda acerca da alta e baixa temporada, a ocupação média fica em torno de 0 a 30% e de 80% a 100%, respectivamente.

Em se tratando dos serviços oferecidos pelos meios de hospedagem, observou-se uma organização de vários outros serviços que vão para além da hospedagem, como podem ser vistos no Gráfico 1, a seguir:

Gráfico 1 - Quantidade de serviços oferecidos para além da hospedagem

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Ao serem questionados sobre a aquisição de mercadorias, bens e ou serviços da economia local para a operação dos meios de hospedagem, bem como se comercializam produtos (culinária, artesanato, pescado, produção agrícola) da comunidade para os visitantes, foram citados:

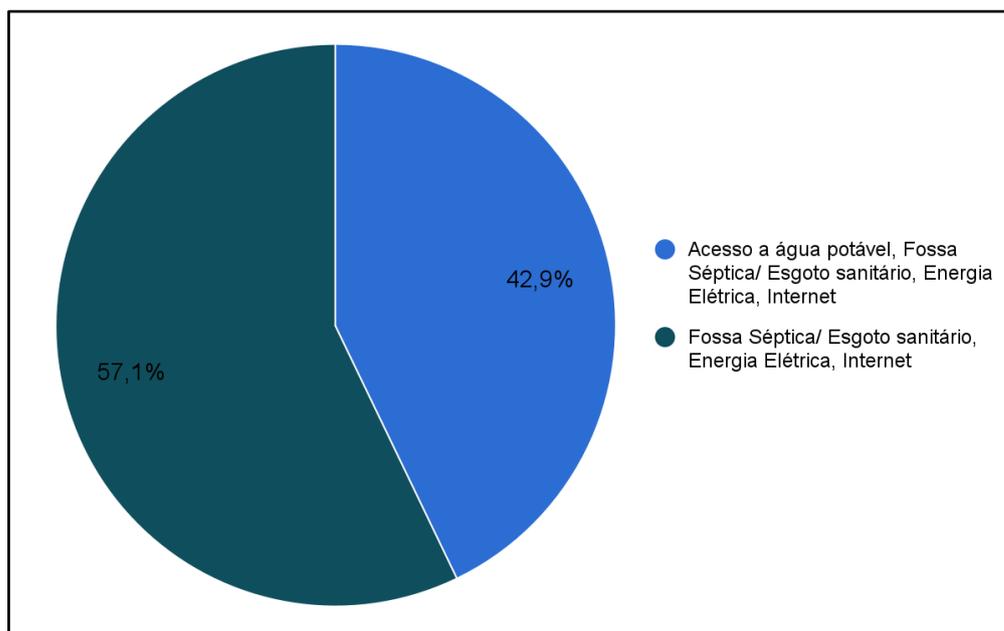
Tabela 6 - Listagem das mercadorias, bens e serviços adquiridos da economia local

Meios de hospedagem	Mercadorias, bens e serviços da economia local	
	Adquiridos para operacionalização	Comercializados
Canárias Cama e Café	Frutas, bolo da vizinha, leite e pão da padaria local	Artesanato
Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	Peixe, doce de caju, caranguejo, camarão, castanha de caju e artesanato.	Culinária local
Delta Bar	Peixe, hortaliças, pão e	Murici, castanha de caju,

Meios de hospedagem	Mercadorias, bens e serviços da economia local	
	Adquiridos para operacionalização	Comercializados
	biscoito	vassouras e carne de siri.
Paraíso das Canárias	Peixe, bolo e cheiro verde	Artesanato e culinária (marisco)
Restaurante Palmeiron e Cia	Pescado e temperos	Pratos à base do Robalo, pescada amarela grelhada, frito e ao molho.
Recanto dos Pássaros	Peixe <i>Centropomus undecimalis</i> (conhecido popularmente por Robalo), camarão, siri, caranguejo, murici e castanha	Doce de caju
Sem nome comercial	Peixe, caju e castanha.	Artesanato

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A respeito da infraestrutura dos equipamentos turísticos (meios de hospedagem) estudados, 42,85% (3 meios de hospedagem) responderam ter acesso a água potável, fossa séptica/ esgoto sanitário, energia elétrica e internet e 57,14% (4 dos meios de hospedagem) responderam ter fossa séptica/esgoto sanitário, energia elétrica e internet. A respeito das respostas dos 57,14%, é possível correlacionar Maldonado (2009 *apud* HALLACK; BURGOS; CARNEIRO, 2011, p. 16) que afirma que em experiências de TBC é comum o “Déficit notável de serviços públicos: [...] água potável, saneamento ambiental e esgoto, comunicações e sinalização turística. As comunidades não são capazes de cobrir estes custos; isto é responsabilidade dos governos locais ou nacionais”. Levando em conta que os 57,14% mencionados não possuem acesso à água potável, estes relatam captar água do rio, que recebe tratamento, para algumas atividades como banho, irrigação e dentre outros, e para consumo citaram o uso de água mineral.

Gráfico 2 - Infraestrutura dos meios de hospedagem

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

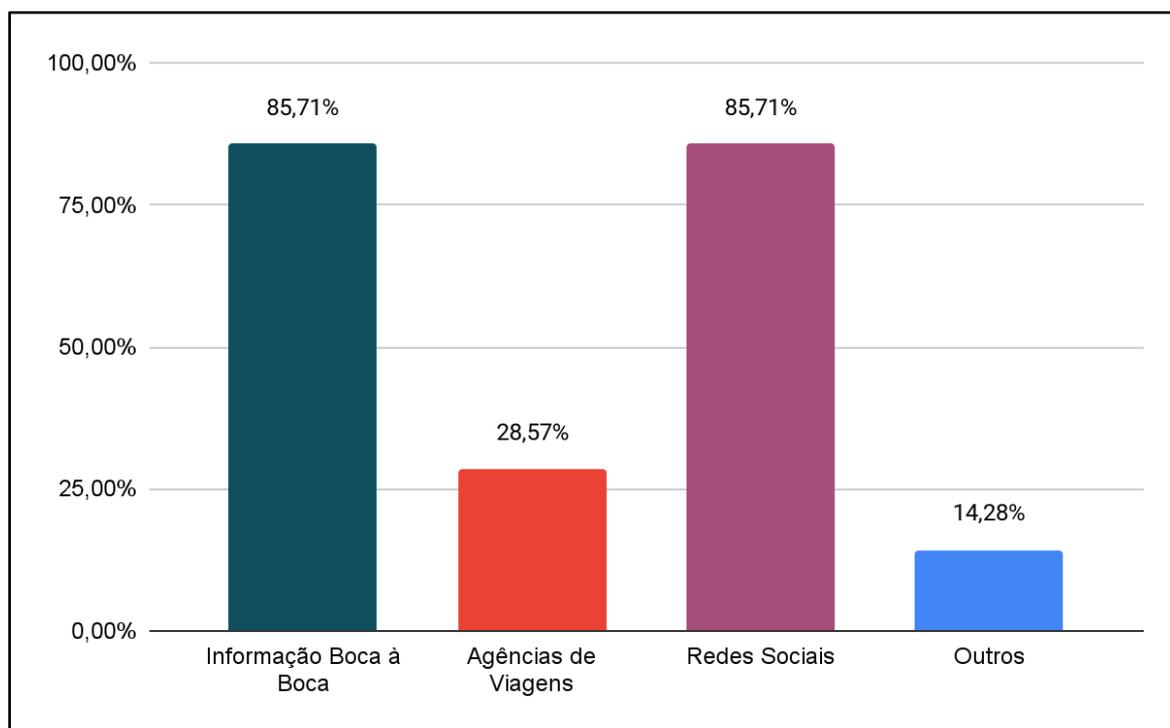
Em relação à quantidade de unidades habitacionais (UH) observou-se que variam entre um chegando até doze (12) UH. De modo detalhado por meios de hospedagem, tem-se:

Tabela 7 - Listagem dos meios de hospedagem com seus respectivos quantitativos de unidades habitacionais

Canárias, Cama e Café	Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	Delta Bar	Pousada Paraíso das Canárias	Restaurante Palmeiron e Cia	Recanto dos Pássaros	Sem nome comercial (Cássio)
01 UH	12 UH	03 UH	10 UH	03 UH	12 UH	6 UH

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

No tocante a forma como ocorre a divulgação, ou seja, a forma em que as pessoas passam a saber da existência dos meios de hospedagem, bem como os serviços oferecidos, afirmaram as redes sociais e a informação boca a boca, como os principais vetores de divulgação (correspondendo a 85,71% dos entrevistados), seguido pelas agências de viagens (correspondendo a 28,57% dos entrevistados) e outro como: mídias (correspondendo a 14,28% dos entrevistados).

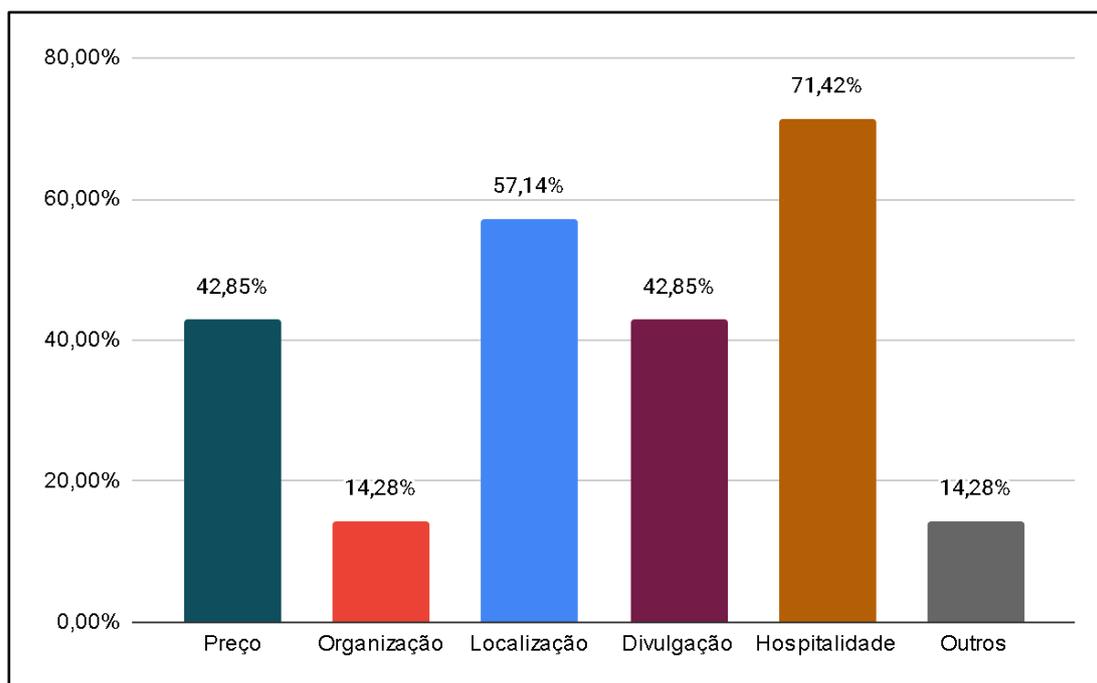
Gráfico 3 - Formas de divulgação dos meios de hospedagem

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

De acordo com o gráfico acima, verificou-se que “em todos os casos pesquisados a comercialização do turismo é feita de forma independente e conta com o “boca-a-boca” como principal estratégia de divulgação” (ANSOLO; BURSZTYN, 2009, p. 156), além disso, quanto às redes sociais, Gomes e Mondo (2016 p. 203) verificaram que “Ficou claro que as redes sociais são grandes aliadas na divulgação e captação de clientes”, não sendo diferente para no trabalho em questão, além das agências de viagens que pelo fato de serem um importante meio de divulgação e por ser citado somente por dois meios de hospedagem, faz-se necessário o estabelecimento de parcerias com as agências de viagem , tendo em vista que:

O papel destes agentes no contexto do desenvolvimento turístico de base comunitária é, todavia, fundamental e deve ser estabelecido no momento em que as iniciativas são concebidas. São eles que detém o conhecimento e podem dar o direcionamento de produtos turísticos a serem estruturados dentro da comunidade, alinhados com padrões desejáveis de qualidade sócio-econômico e ambiental (MIELKE; PEGAS, 2013, p. 176-177).

Encerrando a seção “Turismo de Base Comunitária”, perguntou-se quais os motivos pelos quais os hóspedes escolhem seus meios de hospedagem:

Gráfico 4 - Motivos da escolha pelos meios de hospedagem

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

A partir dos dados acima, depreende-se que a Hospitalidade tem destacado fundamental quando o assunto é a escolha pela hospedagem, 71,42%. A seguir, constata-se que o item localização também é importante. Cabe aqui ressaltar que na visão do empreendedor o visitante ao sair do barco vai direto para a pousada que está localizada na orla, entretanto se este deseja conhecer a comunidade terá que contratar os serviços de um transporte local, i.e., um quadriciclo. Tal veículo é conduzido pelo seu proprietário-comunitário que combina o roteiro e o preço diretamente com o visitante. Com um percentual de 42,85% aparece os itens preço e divulgação, o que também são motivos de escolha.

Um aspecto que merece enfatizar é a hospitalidade comunitária colocado por Araújo et al. (2021) que se constitui em uma interação e troca de conhecimentos entre visitantes e comunitários, o que seria um diferencial do TBC, constituindo-se, sobretudo, uma experiência enriquecedora para ambos, se respeitada suas culturas. Assim, o espaço comunitário pode unir valores e humanizar práticas turísticas.

6.3 Concepção e práticas dos meios de hospedagem no que tange ao TBC

Para início da terceira seção do roteiro de entrevista, foram questionados se já ouviram falar em Turismo de Base Comunitária, 100% responderam que sim. Ainda como complemento da pergunta feita, pediu-se que explicassem sobre o que entendiam por TBC. Seguem algumas transcrições de algumas das falas dos entrevistados:

“Turismo que visa deixar renda dentro da comunidade” Claudiana (proprietária do meio de hospedagem “Canárias, Cama e Café”).

“Turismo que nós mesmos, comunitários desenvolvemos. Serve como guia, passeio, informações, divulgação.” Maria Lúcia (proprietária do Delta Bar).

“Aquele turismo oferecido pela comunidade, passeio de quadriciclo e passeio no MOC (Museu Oficina de Canárias)”. Santina (proprietária da Pousada Paraíso das Canárias).

“Mostra a realidade local, a cultura local” Cássio (Proprietário do meio de hospedagem sem nome comercial).

“Turismo feito pelos moradores, porém não utilizado pelos visitantes (proprietário do Restaurante Rosa Palmeiron e cia.).

“Turismo de valores, cultura local”. Daniel Feydit (Proprietário do Pousada e Restaurante Casa do Caboclo).

“Turismo que beneficia a comunidade. Compra da comunidade” (Amadeus da Cruz Santos, Proprietária da Pousada Recanto dos Pássaros).

Portanto, nas falas dos entrevistados observa-se com maior destaque para o reconhecimento do protagonismo social, ou seja, os mesmos entendem claramente que o TBC tem por princípio a ideia de que os principais atores e protagonistas deste tipo de turismo são os moradores locais, e associado a este fator, entendem também o quanto que é uma alternativa para a geração de renda para a comunidade. Porém mostra-se fundamental, um maior esclarecimento acerca do que é o Turismo de Base Comunitária, objetivando a construção de uma visão holística acerca deste modelo de turismo, erradicando assim, “o enorme abismo que existe entre a percepção do seja turismo de base comunitária para a academia e para as comunidades afetadas” (GOODWINE; SANTILLI, 2009 apud BARROS; LEUZINGER, 2020, p.117). Verifica-se, entretanto, que nenhum dos entrevistados menciona a questão da preservação ambiental cujo entendimento do conceito deve estar intrinsecamente relacionado.

Para uma melhor compreensão sob os pontos de vistas do entendimento por TBC, perguntou-se de que maneira obtiveram tal conhecimento: 42,85% (3 entrevistados) responderam que obtiveram por meio de cursos, projetos e palestras do ICMBIO e os 57,14%

(4 entrevistados) citaram diversas outras formas: como curso de gerenciamento de empreendimentos turístico, vivência, internet, cursos do SEBRAE e SENAC.

Ao adentrar a busca para saber se desenvolviam práticas de TBC em seus meios de hospedagem, 100% afirmaram que sim e elencou-se as seguintes práticas, conforme tabela abaixo:

Tabela 8 - Listagem das práticas de TBC de cada meio de hospedagem

Meio de hospedagem	Práticas de TBC
Canárias, Cama e Café	Hospedagem domiciliar, realização de trilhas feitas pelos moradores, vivências em comunidades vizinhas.
Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	Hospedagem domiciliar, atrações culturais, oficina de produto local, no caso, a carnaúba, contação de histórias.
Delta Bar	Hospedagem domiciliar, compra de produtos locais como: peixes, mariscos e dentre outros.
Pousada Paraíso das Canárias	Hospedagem domiciliar Contratação de mão de obra local e aquisição de produtos locais.
Restaurante Palmeiron e Cia	Hospedagem domiciliar.
Recanto dos Pássaros	Hospedagem, aquisição de produtos locais, venda e divulgação de artesanato local e decoração dos espaços com elementos locais.
Sem nome comercial/ Proprietário Cássio	Hospedagem domiciliar, atividades locais e caminhadas na comunidade.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

No tocante às práticas de TBC listadas, observa-se que “os atrativos, serviços e produtos oferecidos estão intimamente associados à relação da comunidade com os seus recursos naturais, suas atividades tradicionais e seus modos de vida” (FABRINO; DO NASCIMENTO; COSTA, 2017, p. 551).

6.4 Princípio da Conservação da Sociobiodiversidade nos meios de hospedagem pesquisados

Averiguou-se que embora todos os proprietários e/ou gestores já ouviram falar em um dos três termos: conservação, sociobiodiversidade ou proteção do meio ambiente, as falas são muito restritas sobre tal entendimento, uma vez que estão dentro de uma UC. Quanto a explicação do que entendiam sobre um dos três conceitos citados, obteve-se as seguintes respostas:

“A questão do meio ambiente com os cuidados do Meio Ambiente, a questão do descarte dos resíduos, conservar o ambiente” (Amadeus, proprietário do meio de hospedagem Recanto dos Pássaros).

“Conservação sempre procura obedecer às normas consultando o ICMBIO” - Santina (proprietária do meio de hospedagem Paraíso das Canárias).

“Cuidando do lixo e da terra, recolhendo sacola, tem que queimar porque não pode enterrar, não deixa cortar os cajueiros” (Maria Antônia, proprietária do meio Restaurante Rosa Palmeiron e cia.).

Conservar a biodiversidade e ao mesmo tempo proteger o meio ambiente” (Claudiana, Canárias Cama & Café).

É uma área protegida, sem a qual não teria turismo. (Cássio, Hospedagem domiciliar)

Ter a consciência que deve manter contato com a natureza focando a consciência da sustentabilidade ambiental (Nathaly [colaboradora] - neta de Dona Lúcia do Delta Bar).

Conservação dentro da RESEX: atender as necessidades locais dos moradores mantendo riqueza e valores locais. (Daniel Feydit, Restaurante Casa do Caboclo).

Portanto, percebe-se que os entrevistados se reportam à questão dos resíduos sólidos, consciência ambiental, biodiversidade, desmatamento e normatização e isso é um avanço para esse entendimento, embora não apareça a questão da educação ambiental.

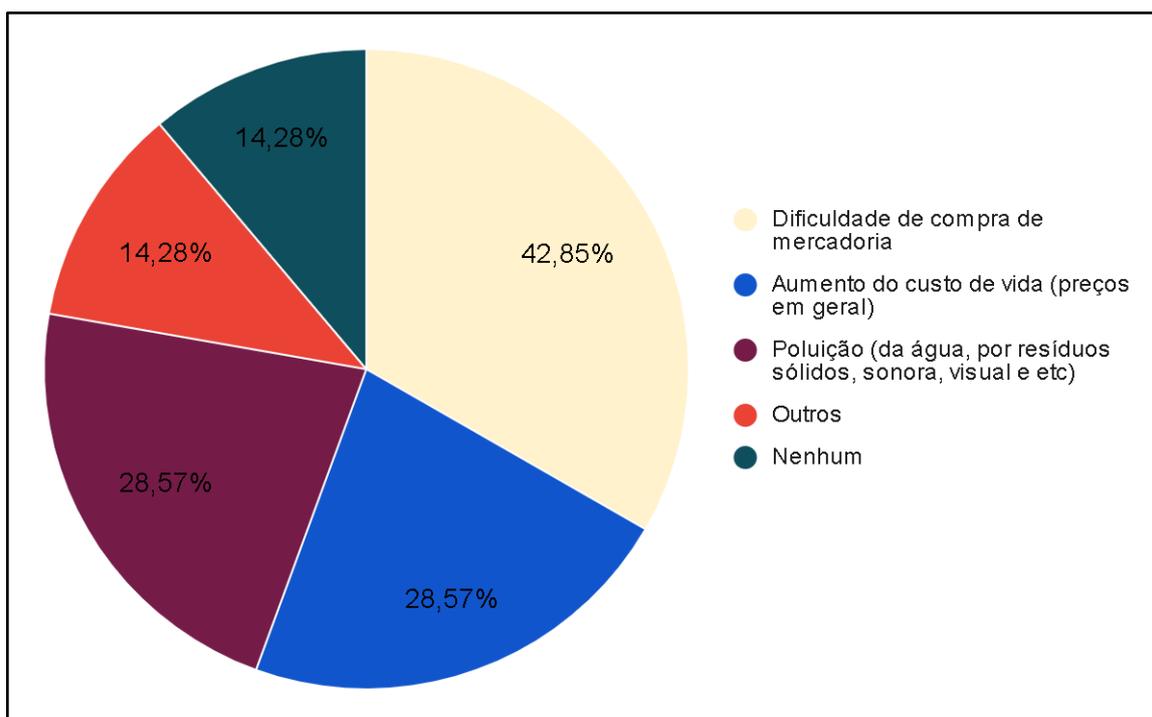
A esse respeito de acordo com Ozorio, Peralta e Vieira (2016) teve-se uma compreensão comum de que alguns dos principais bens da Pousada Uacari eram naturais. Aí, inclui-se a sua fartura de recursos, onde encontra-se algumas espécies especiais como botos cor-de-rosa (*Inia geoffrensis*), Uacari (*Cacajao calvus*) e pássaros. Desde modo, investimentos

para garantir a proteção da área e sua sustentabilidade devem ser a longo prazo. Ademais, esses investimentos ainda beneficiariam as comunidades.

Ao serem questionados se sabiam que seus meios de hospedagem estão dentro de uma área ambientalmente protegida, todos os entrevistados responderam positivamente. Assim, reconhecem que estão dentro de uma UC, sendo citada em todas as respostas a RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, e somente em 42,85% (três respostas dos entrevistados), além de citarem a referida RESEX mencionaram também a APA do Delta do Parnaíba. Nesse contexto, buscou-se também entender se o fato de estarem no interior de uma UC limitava a gestão de seus empreendimentos e encontrou-se os seguintes números: 28,57% (dois entrevistados) afirmaram que sim, ou seja, que este fato os limitava e apontaram os motivos: por se considerarem invasores e terem que viver de acordo com as normativas da RESEX e além disso, 71,42% dos entrevistados responderam que não limitava.

Dentre os problemas externos que afetam os seus meios de hospedagem tem-se os seguintes:

Gráfico 5 - Problemas enfrentados pelos meios de hospedagem



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

O maior percentual indicou 42,58%, correspondente a três entrevistados, que a dificuldade na compra de mercadoria constitui um dos principais problemas enfrentados pelos seus meios de hospedagem, em decorrência da ausência de estabelecimentos que vendam gêneros alimentícios e outros. Isso se dá porque Canárias é uma Ilha que há necessidade de deslocamento até Parnaíba, envolvendo além desses outros custos, gastos com passagens de lancha ou barco. Em sequência, como outro problema, está o aumento do custo de vida (citado por 28,57%, que corresponde a dois entrevistados), tendo em vista a alta dos preços em geral. Em seguida, 28,57% mencionaram a poluição, seja ela, da água, por resíduos sólidos, sonora ou visual e, por fim, 14,28% (um entrevistado), que inserido na categoria “outros” (como mostra o gráfico acima), afirma que a incompatibilidade de pensamento com a Associação da comunidade ser um problema para seu meio de hospedagem. Vale destacar que 14,28% (um entrevistado) respondeu que não existe nenhum problema.

No que concerne, a existência de alguma prática sustentável em seus meios de hospedagem, 100% responderam que sim. Considera-se, portanto, a tentativa desses empreendedores com o meio ambiente o que é corroborado por Félix e Santos (2013 *apud* Santos, 2021 p.161), quando dizem que o meio de hospedagem deve praticar o consumo sustentável, ao fazer uso de bens e serviços com vistas a respeitar os recursos ambientais locais, o que contribuirá para atender as necessidades das presentes gerações, sem, entretanto, comprometer o atendimento das necessidades das gerações futuras. Dentre estas práticas por meio de hospedagem, lista-se:

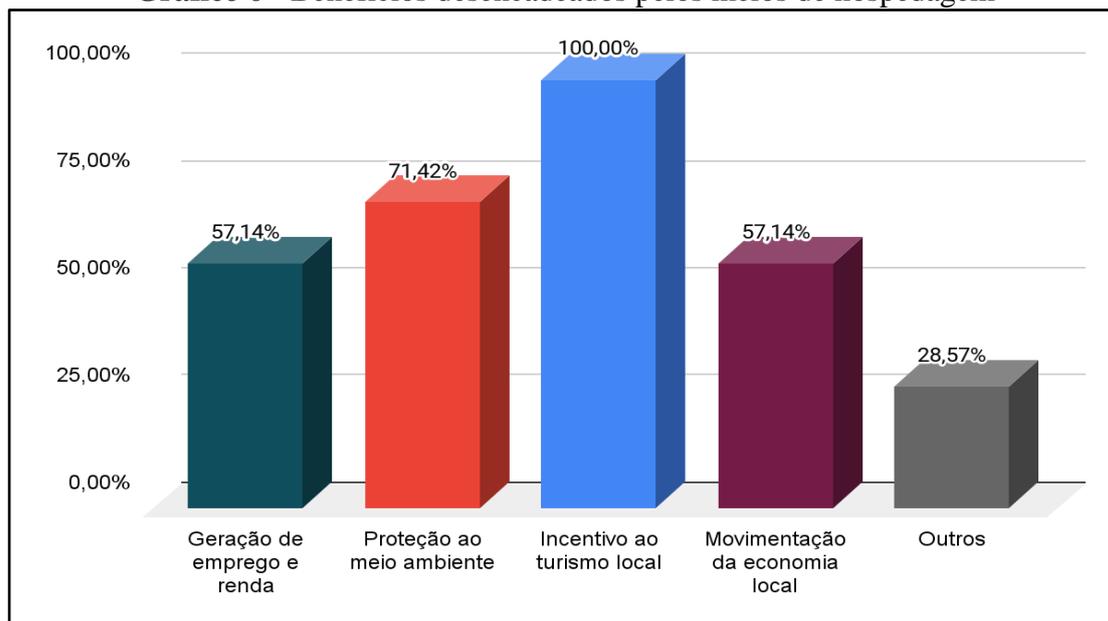
Tabela 9 - Listagem das práticas sustentáveis de cada meio de hospedagem

Meio de hospedagem	Práticas sustentáveis
Canárias, Cama e Café	Todo resíduo orgânico é levado para compostagem, levando para descarte somente os secos.
Pousada e Restaurante Casa de Caboclo	Reciclagem do óleo de cozinha para a produção de sabão, dos resíduos sólidos como: plásticos e vidro.
Delta Bar	Recicla garrafas, o alumínio guarda para posteriormente vender

Meio de hospedagem	Práticas sustentáveis
Pousada Paraíso das Canárias	Compostagem de resíduos orgânicos e recicla latinhas.
Restaurante Palmeiron e Cia	Compostagem para plantação de hortaliças
Recanto dos Pássaros	Aproveitamento do óleo de cozinha para produção de sabão, restos de frutas são destinados a compostagem, vidros de garrafas reutilizados para decoração, utilizando-os como luminárias e demais peças de artesanato.
Sem nome comercial/ Proprietário Cássio	Recolhimento do “lixo” resíduos sólidos.

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Nota-se que os gestores, proprietários e/ou colaboradores como constatado também por Freitas e Almeida (2010, p. 415) “empresários/gerentes [...] praticam ações em prol do meio ambiente em seus estabelecimentos, mas ainda existe uma carência significativa em termos [...] das práticas ambientais em seu setor” além disso, se mostram pontuais na maioria dos meios de hospedagem, podendo desenvolverem um maior número de práticas que vão para além das citadas. No tocante, aos possíveis benefícios proporcionados por seus meios de hospedagem, tem-se a seguinte resposta:

Gráfico 6 - Benefícios desencadeados pelos meios de hospedagem

Fonte: elaborado pelo autor (2022).

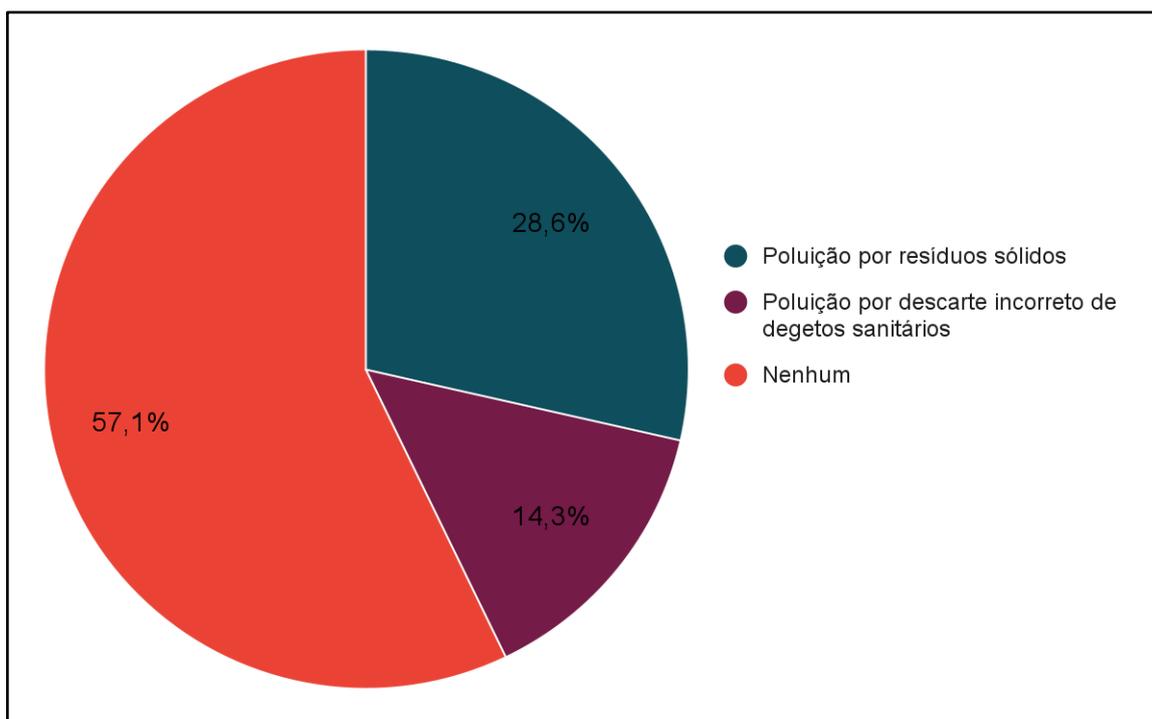
A partir do gráfico acima, o turismo pode vir a ser uma ferramenta para gerar alternativas de renda como também benefícios diretos para a conservação de biodiversidade.

Vê-se que 100% dos entrevistados indicaram que a presença dos meios de hospedagem incentiva o turismo local, seguido de proteção ao meio ambiente e em igual percentual, a geração de emprego e renda e a movimentação da economia local.

Na opinião de Moisés Santos da Silva, Presidente da AMAR DELTA (Associação Mãe das Associações da Resex do Delta do Parnaíba), os meios de hospedagem geram benefícios para a comunidade, pois empregam muita gente além de divulgar o povoado, apesar que a maioria dos recursos financeiros ficam com os proprietários.

Os impactos negativos gerados ao meio ambiente pelos meios de hospedagem, foram identificados os seguintes: 57,14% (quatro entrevistados) afirmam que seus meios de hospedagens não geram impactos negativos, 28,57 (dois entrevistados) impactam com a poluição de resíduos sólidos e 14,28% (um entrevistado) impacta com a poluição por descarte incorreto de dejetos sanitários.

Gráfico 7 - Impactos negativos ao meio ambiente acarretados pelos meios de hospedagem



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

Ao indagar sobre já terem participado de oficinas, cursos, palestras sobre Meio Ambiente ou sobre TBC, todos (100% dos entrevistados) responderam já terem participado, compreendendo uma variedade de palestras, cursos e treinamentos. Elencam-se alguns deles: curso de Turismo Rural, palestras, oficinas de reciclagem, minicurso de materiais recicláveis para serem utilizados em escolas ministradas pelo ICMBIO, cursos relacionados ao Turismo pelo SEBRAE e dentre outros.

Ao contrário do que constatou Santos (2021, p. 160) de que:

As falas dos respondentes dos meios de hospedagem retratam que o ICMBio se preocupa mais com condutas erradas que acontecem na região [...] mas não com prevenção, como palestras e reuniões sobre educação ambiental ou sobre a importância das unidades de conservação e sua valorização.

Verificou-se que o ICMBIO possui uma boa atuação no que tange a educação ambiental dentro da unidade de conservação, a partir das atividades mencionadas pelos entrevistados ministradas pelo órgão.

A partir da responsabilidade socioambiental dos meios de hospedagem com o local em que estão inseridos, questionou-se se os hóspedes são orientados quanto à conservação do meio ambiente, e caso orientem, de que forma. Assim, 85,71 % (seis entrevistados) dos proprietários e ou gestores responderam que orientam e 14,28% (um entrevistado) respondeu que não orienta pelo fato da grande maior parte do tempo os hóspedes estarem fora do meio de hospedagem. Segue algumas das falas dos que afirmaram orientar:

“Comunico pra eles não jogar lixo na Ilha, coloco placas” Santina (proprietária da Pousada Paraíso das Canárias).

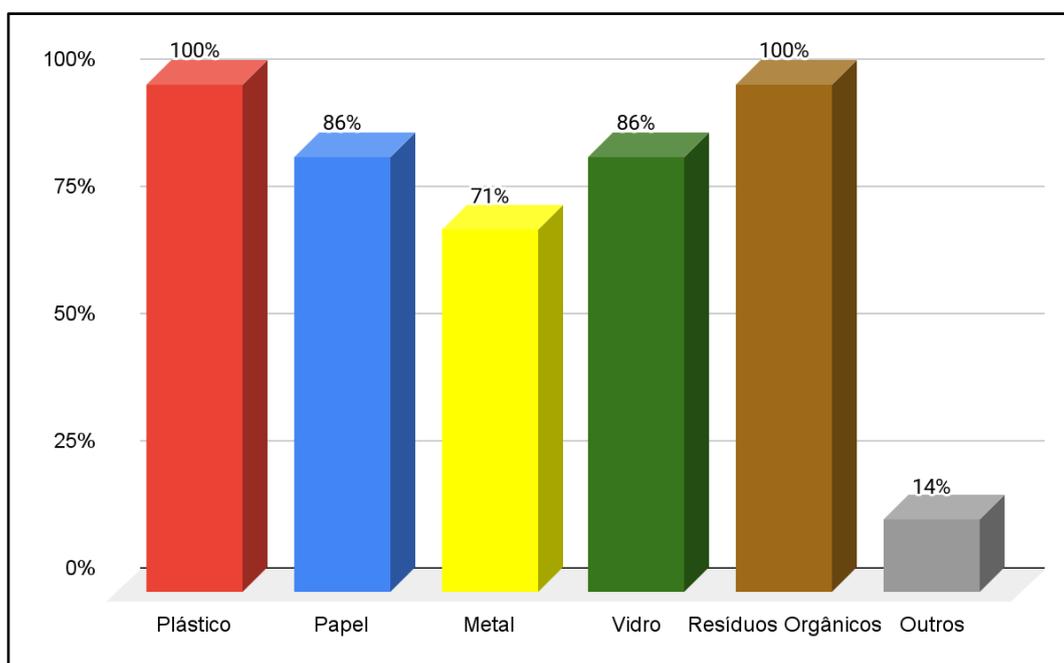
“Sempre costumo falar o que está acontecendo na Ilha, como funcionam as regras da RESEX. Claudiana, Canárias Cama & Café

“Explico a questão do recolhimento do lixo” Amadeus (proprietário do meio de hospedagem sem nome comercial).

A ter por base os dizeres de Jerônimo (2013, apud Santos, 2021, p. 154) que “o setor hoteleiro é responsável pela produção de grande quantidade desses resíduos, que vão desde embalagens e restos de alimentos, até resíduos de limpeza e manutenção” questionou-se sobre quais os tipos de resíduos gerados pelos meios de hospedagem. Constatou-se assim que 100% dos meios de hospedagem gera plástico e resíduos orgânicos, seguido pelo papel e vidro com um percentual de 85,71%, metal com 71,42% e 14,28% outros como: pilhas e eletrônicos.

Para o Chefe da Reserva Extrativista, Rodrigo Alexandre de Lima, os principais desafios e problemas enfrentados pelos meios de hospedagem em Canárias está na ausência do Plano de Manejo da RESEX contendo o seu zoneamento e as atividades que podem ser desenvolvidas na referida UC que possivelmente será iniciado em 2023. Ademais informa que a localização do empreendimento em uma área protegida não constitui um empecilho para os meios de hospedagem, pois facilita a gestão dos empreendimentos e também diminui os agentes externos além de ter mais controle sobre o território.

Gráfico 8 - Tipos de resíduos gerados pelos meios de hospedagem

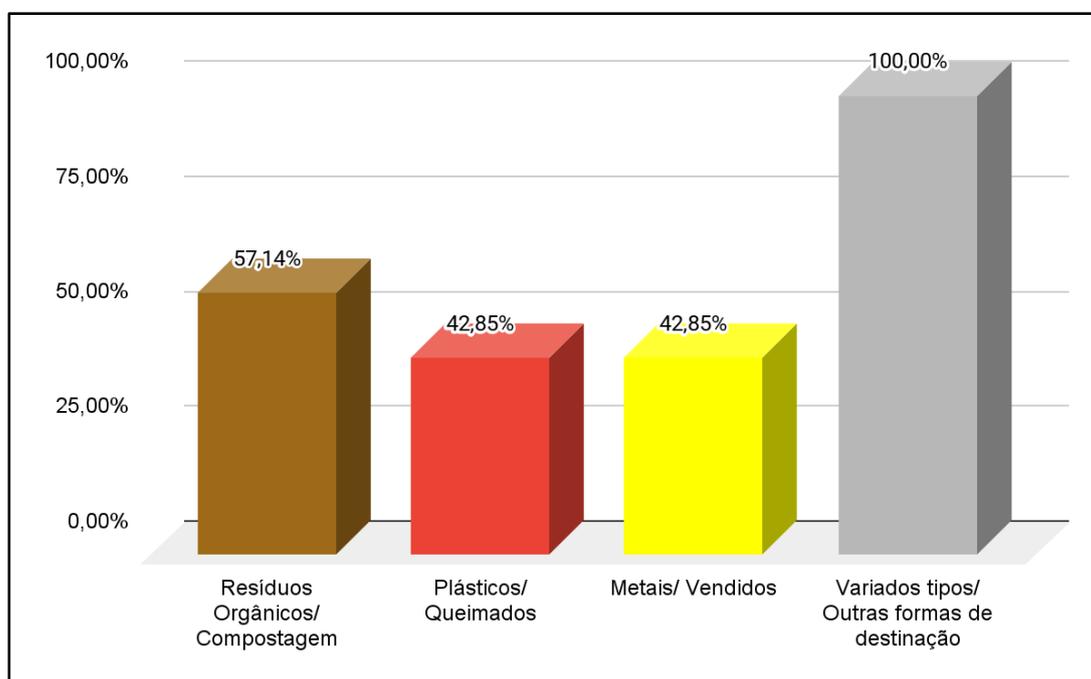


Fonte: elaborado pelo autor (2022).

No quesito sobre o modo de descarte de cada um dos tipos de resíduos gerados, considerando que Santos, Souza e Barbosa (2005, *apud* SANTOS, 2021 p. 161) relatam que “[...] alguns estabelecimentos, [...], jogam resíduos líquidos nos rios e lagos e isso pode ser prejudicial à saúde da população local e ao meio ambiente, além dos turistas”. Foi possível obter as seguintes destinações: 57,14% afirmam destinar os compostos orgânicos para compostagem, 42,85% responderam destinar os plásticos a queima, bem como os metais de mesma porcentagem, afirmam vender e 100% citaram variados tipos de resíduos como papel, vidro, eletrônicos e dentre outros diversas outras formas de descarte. A partir das formas de descarte dos resíduos citados, verifica-se o que afirma Santos (2021):

[...] ainda se carece muito de boas práticas, uma vez que a coleta seletiva e reciclagem do lixo deveriam fazer parte de forma sistêmica da gestão dos meios de hospedagem instalados em Unidade de Conservação (SANTOS, 2021 p. 161).

Gráfico 9 - Destinação dos tipos de resíduos gerados pelos meios de hospedagem



Fonte: elaborado pelo autor (2022).

E, por fim, questionados sobre a utilização de algum recurso natural próprio da RESEX na organização dos quartos ou em qualquer dos outros tipos de serviço fornecidos, 100% dos entrevistados responderam que utilizam algum recurso. Tendo o mesmo resultado que Santos, (2021 p. 163) identificou em um de seus estudos “os meios de hospedagem [...] demonstram a preocupação de estarem inseridos na cultura local e em evidenciá-la para dentro

do seu negócio como forma de valorizar a região na qual está instalado”, como pode ser visualizado na Figura 60.

Dentre os recursos naturais próprio da RESEX citado em todas as respostas, foi a Carnaúba, árvore bastante abundante na região, sendo utilizada principalmente para fabricação de peças de artesanato a partir de cada uma de suas estruturas, afinal, como já mencionado por Sansolo e Bursztyn (2009, p. 155), “Os materiais utilizados na produção dos artesanatos são, de modo geral, específicos de cada localidade, como cocos, palhas, fibras, sementes, conchas etc”.

Figura 52 - Carnaúba (*Copernicia prunifera*)



Fonte: O autor (2022).

Segundo os entrevistados, a Carnaúba é empregada na fabricação de jarros a partir da tábua, de cestos a partir da palha, na cabeceira de cama feita com as talas, na armação dos telhados com o troco e com as palhas, na confecção de mandalas e dentre outros, como pode ser visto na Figura 61, a seguir.

Figura 53 - Cestaria e tábua feitos a partir da Carnaúba



Fonte: O autor (2022).

Figura 54 - Cabeceira da cama feita com talas da carnaúba e jarrinhos de planta confeccionadas a partir da palha



Fonte: O autor (2022).

7 CONCLUSÃO E ALGUMAS RECOMENDAÇÕES

O trabalho em questão, permitiu o desbravamento de uma temática um tanto desconhecida, pois o estudo do Turismo de Base Comunitária, mais especificamente, o princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem, evidenciou uma carência de produções sobre a temática na literatura científica e acadêmica. Porém, por meio de pesquisas que não se tratam de TBC, mas que investigavam práticas sustentáveis em meios de hospedagem, e por sua vez, dentro de unidades de conservação como é o caso do *locus* desta pesquisa, serviram como referenciais para as discussões dos resultados encontrados, além dos próprios dados obtidos com as entrevistas realizadas, é possível elencar alguns epílogos:

- O protagonismo social, bem como a geração de emprego (mesmo que informal) e renda aos moradores locais, que é uma das características do TBC, foi constatado nos meios de hospedagem, pois os proprietários, gestores e colaboradores residem no próprio povoado;
- Além da geração de emprego e renda, os meios de hospedagem contribuem para a proteção do meio ambiente ao desenvolverem práticas sustentáveis ainda que pontuais, movimentam a economia local a partir da aquisição de produtos, e sem dúvida incentivam o turismo local, em especial o do Turismo de Base Comunitária;
- É importante ressaltar que por meio da pesquisa-participante, observou-se que os meios de hospedagem, apesar de estarem na grande maioria muito bem estruturados arquitetonicamente e de se considerarem desenvolver o TBC em seus meios de hospedagem, notou-se uma certa influência do Turismo de Massa, pelos seguintes aspectos: o planejamento de espaços prontos e construídos com um número considerável de quartos, espaços de vivência semelhantes aos megaresorts do Turismo Convencional como podem ser vistos nas figuras 48 a 80. Sendo importante trazê-los mais para o que se compreende como Turismo de Base Comunitária;
- Além disso, revela-se a necessidade de uma melhor atuação por parte do Poder Público, a fim de sanar alguns problemas enfrentados pelos meios de hospedagem como a compra de mercadorias devido à dificuldade de acesso, afinal, o povoado de Canárias se localiza em uma ilha, a poluição por resíduos sólidos dando uma destinação mais adequada a cada um dos tipos de resíduos, aumento de preços em geral, possibilitando fomento e investimento de crédito como ajuda de custo aos meios de hospedagem além de muitos outros desafios que esta pesquisa por ventura não conseguia abarcar;

- O Turismo de Base Comunitária é uma realidade do Povoado Canárias apesar de alguns entraves como práticas pontuais na realidade local, além das limitadas informações desse turismo contemplada na observação e relatos dos habitantes locais. Dessa forma, observa-se a necessidade de uma maior implementação deste tipo de turismo, no que tange a ampliação de conhecimentos e capacitações, possibilitando assim que os proprietários, gestores e ou colaboradores dos meios de hospedagem desenvolvam uma visão holística de como melhor implementar os práticas que mais se aproximem do modelo de turismo em questão em seus meios de hospedagem, tomando como base os princípios que norteiam o TBC como: o protagonismo social, valorização da cultura local, proteção do meio ambiente, movimentação e geração de renda e dentre outros;

- Quanto ao princípio da conservação da sociobiodiversidade , notou-se que pelo fato de residirem dentro de uma área ambientalmente protegida, ou seja, de uma unidade de conservação, no caso de domínio federal, bem como as vivências do dia a dia, a participação em palestras, cursos, relacionados à questão ambiental, além da própria atuação do ICMBIO, contribuiu para formação de uma concepção sobre os cuidados que devem ter para proteger o meio ambiente, reverberando assim em práticas sustentáveis e ações como: compostagem, a queima de resíduos, reciclagem de resíduos para a produção de artesanato dentre outros, verificou-se que além destas práticas e ações existem outras que podem ser desenvolvidas e que atendam a NBR 15401 Meios de Hospedagem- Sistema de Gestão de Sustentabilidade (ABNT- SEBRAE, 2012), assim como outros dispositivos técnicos, e que por sua vez, contribuam para a conservação da sociobiodiversidade.

Ademais, os meios de hospedagem pesquisados são instrumentos que possuem um grande potencial para serem protagonistas e líderes do Turismo de Base Comunitária no povoado Canárias, fazendo com que os mesmos, bem como os atrativos turísticos da comunidade sejam cada vez mais evidenciados pelos turistas e conseqüentemente gerando direta e indiretamente benefícios para o povoado em geral ou até mesmo ultrapassando os limites da Reserva Extrativista do Delta do Parnaíba. Benefícios estes que vão para além dos ganhos econômicos, mas para o fortalecimento e engajamento de um maior número de comunitários nas atividades turísticas advindas de seus meios de hospedagem, seja no fornecimento de insumo, atendimento e recepção de turistas, limpeza e organização dos espaços da hospedagem, preparo da alimentação , condução de passeios e dentre outros, contribuindo até mesmo para a conservação do meio ambiente a partir do empenho também dos comunitários no desenvolvimento de práticas sustentáveis nas atividades do turismo.

Para o alcance da realidade supracitada sobreleva-se a importância da realização de pesquisas que se aprofundem na temática deste trabalho monográfico. Além disso, a participação do Poder Público se torna imprescindível, uma vez que, a comunidade encontra-se inserida em uma totalidade que prescinde uma atuação de órgãos que atendam às suas necessidades.

7.1 Algumas recomendações

A fim de deixar algumas contribuições para que os empreendedores-comunitários e demais interessados em se envolver com o Turismo de Base Comunitária na Ilha Canárias, propõe-se esboçar delineamentos para ajudar nessa construção, isso porque pretende-se após a finalização deste trabalho monográfico, retornar a referida UC e apresentar os resultados para a comunidade em geral. Trata-se, portanto, de auxiliar um conjunto de mecanismos que permita buscar soluções plausíveis, adaptadas ao contexto local, reconhecendo a multiplicidade de formatos apresentados. Assim sendo, recomenda-se:

- Desenvolver um projeto de educação ambiental e patrimonial com as escolas e associações comunitárias locais para criar e fortalecer mais ações que visem minimizar os impactos ambientais e que envolvam todos os atores sociais;
- Criar oportunidades de capacitações específicas – a curto, médio e longo prazos na área do turismo de base comunitária, uma vez que essas são feitas de modo esporádico pois a capacitação necessita ser continuada e combinada com uma estratégia assertiva de assistência técnica. O processo de implantação de iniciativas de TBC, incluindo o desenvolvimento de atrativos, desenho de produtos, estruturação e consolidação de negócios demandam, indubitavelmente, de suporte técnico. Ademais, o retorno potencial do TBC ainda que seja interessante, faz-se necessário ter expectativas realistas, sobretudo ao tempo de maturação das iniciativas para que se consolide um destino e um fluxo turístico regular a fim de que a atividade possa gerar retornos para os atores envolvidos, em especial aos comunitários. Isso pode ser ocorrer a partir de uma demanda da própria comunidade com o SEBRAE/UFMA/UEMA/IFMA/ICMBIO/Prefeitura/Governo estadual e organizações não governamentais.
- Buscar assessoria com o órgão público ambiental gestor da RESEX, bem como o estabelecimento de parcerias com ONG e empresas privadas, a fim de implementar uma melhor gestão ambiental nos meios de hospedagem.

REFERÊNCIAS

ALVES, Y.; SILVA, C. N. O turismo de base comunitária e desenvolvimento local em unidades de conservação brasileiras. **Revista Comunicação Universitária**, Belém, v. 1, n. 2, p.1-19, 2021. Disponível em: <<http://177.70.35.171/index.php/comun/article/view/4907>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

ARAÚJO, M. N. F. **O turismo de base comunitária na Pan-Amazônia** - análise dos projetos desenvolvidos no Brasil, Bolívia e Peru. 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/14q6EDvqz_0CX6LIuG1N9j5hQeGrivpjjw/view?usp=drivesdk>. Acesso em: 26 out. 2022.

BABBIE, E. **Métodos de pesquisa survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 519 p.

BARROS, L. S. C.; LEUZINGER, M. D. Turismo de base comunitária e os desafios para sua implementação em unidades de conservação. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas [Recurso Eletrônico]**. Bebedouro, SP, v.8, n.2, p. 112-135, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/38441>>. Acesso em: 25 out. 2022.

BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

BOULHOSA, M. S. **Turismo de base comunitária: em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na ilha do Marajó** (Edição 524). Papers do NAEA, v. 1, n. 3, p. 11-18, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/pnaea/article/view/10461>>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BURGOS, A.; MERTENS, F. Os desafios do turismo no contexto da sustentabilidade: as contribuições do turismo de base comunitária. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 13, n. 1, p. 57-71, 2015. Disponível em: <http://www.pasosonline.org/Publicados/13115/PS0115_04.pdf>. Acesso em 15 nov. 2022.

BRASIL. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: **Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>>. Acesso em 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **As belezas do litoral do Piauí e do Delta do Parnaíba**. 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/as-belezas-do-litoral-do-piaui-e-do-delta-do-parnaiba>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

CALDAS, M. A. E. **Estudos de revisão de literatura: fundamentos e estratégia metodológica**. São Paulo: Hucitec, 1986.

CAVALHEIRO, L. N.; ARAUJO, L. E. B. Direito ambiental e as diversidades natural e cultural no Brasil: direitos da sociobiodiversidade e sustentabilidade na constituição brasileira. **Revista da Faculdade de Direito da UFG**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 123-139, 2017. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/revfd/article/view/32708>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. *Compêndio de Estudos Conab / Companhia Nacional de Abastecimento. Sociobiodiversidade: interação do homem, mercado e natureza*. v. 25. Brasília: Conab, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/institucional/publicacoes/compendio-de-estudos-da-conab/item/download/33062_d352fe53a8d21d90ac5f7e5a7e0d8ff7>. Acesso em 19 nov. 2022.

COSTA, F. W. D. **O papel de agentes e sujeitos na implantação de políticas públicas e no ordenamento e gestão territorial da resex Delta do Parnaíba-MA**. 2019. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, SP, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192342>>. Acesso em: 22 nov. 2022.

DALLARI, D. A. **Viver em sociedade** – Frutal: Prospectiva, 2014.

DE CONTO, S. M.; BONIN, S. M.; PRATES, M. P. **Requisitos de sustentabilidade em meios de hospedagem cinco estrelas no Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/435.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2022.

DE MATOS, J. K. E.; COSTA, M. A. N. Hotelaria, sustentabilidade e certificação: um estudo bibliométrico. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 51–75, 2014. Disponível em: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20140004>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DE MATOS, J. K. E. Um caso de responsabilidade ambiental na hotelaria: o Hotel Ville La Plage, Armação dos Búzios – RJ. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 9–19, 2015. Disponível em: <<https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/boletim/article/view/2177-4560.20140001>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

DE MATOS, J. K. E.; COSTA, M. A. N. **Sustentabilidade nos meios de hospedagem no Brasil: a norma NBR 15401: 2006**. In: Congresso de Arquitetura, Turismo e Sustentabilidade. 2012.

DE MORAES, E. A.; FRAGELLI, C.; IRVING, M. A. **Turismo de base comunitária no sentido da dádiva: que caminhos trilhar em reservas extrativistas?** 2017. Disponível em: <https://www.academia.edu/42079412/TURISMO_DE_BASE_COMUNIT%C3%81RIA_NO_SENTIDO_DA_D%C3%81DIVA_QUE_CAMINHOS_TRILHAR_EM_RESERVAS_EXTRATIVISTAS>. Acesso em: 07 nov. 2022.

DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

ENDLICH, A. M.; TEIXEIRA, J. C. Turismo de base comunitária: experiências em pequenas localidades. **REDES**, v. 27, n. 1, p. 1-23, 2022. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/15441>>. Acesso em: 01 out. 2022. Acesso em: 07 nov. 2022.

FABRINO, N. H. **Turismo de base comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos**. 2013. 185 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FABRINO, N. H.; DO NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 16, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1178>. Acesso em: 07 nov. 2022

FARACO, K. M. S. **Valores sustentáveis e educação para a sustentabilidade: uma proposta para os meios de hospedagem em Florianópolis**. 2015. 243 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/00006a/00006ad4.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GALENO, L. S. **RESEX Delta do Parnaíba (PI-MA) nos rumos do turismo de base comunitária**. VI Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais, Anais. Montes Claros, MG, setembro, 2019. Disponível em: http://coloquiointernacional.com/anais/vi_cptc/espaco_2/RESEX%20DELTA%20DO%20PARNAIBA%20PI-MA%20NOS%20RUMOS%20DO%20TURISMO%20DE%20BASE%20COMUNITARIA.pdf. Acesso em: 02 dez. 2022.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **ambientalmente sustentable**, v. 1, n. 11-12, p. 7-25, 2011. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11979>. Acesso em 20 nov. 2022.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Turismo de base comunitária em unidades de conservação federais: princípios e diretrizes**. 2018. Disponível em: <https://ava.icmbio.gov.br/mod/data/view.php?id=17&rid=2977>. Acesso em: 12 nov. 2022.

IPEA. **Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano**. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3863/1/Comunicados_n78_Biodiversidade.pdf. Acesso em: 05 nov. 2022.

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista katálysis**, v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvhc8RR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

LOPES, E. R. N.; SANTOS, A. M. Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. **Nature and Conservation**, v. 7, n. 1, p. 48-60, 2014.

LTDS-Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (2011): **Relatório Técnico - Marco Referencial Teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: PEP, COPPE/UFRJ.

MACHADO JÚNIOR, J. A. S.; MACEDO, J. P. A relação do turismo no Delta do Parnaíba com comunidades locais. **CULTUR: Revista de Cultura e Turismo**, v. 10, n. 1, p. 71-88, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5975454>>. Acesso em: 24 nov, 2022.

MATTOS, F. F. Ecoturismo e inclusão social na RESEX marinha do Delta do Parnaíba (MA/PI): tendências, expectativas e possibilidades. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (org). 2009. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009, 508 p.

MENDONÇA, T. C. M.; DE MORAES, E. A. Reflexões emergentes sobre Turismo de Base Comunitária, à luz da experiência no “Paraíso Proibido”: Vila do Aventureiro – Ilha Grande – Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, v. 2, n. 17/18, p. 1169-1183, 2012. Disponível em: <<https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/view/13149>>. Acesso em: 12 nov. 2022.

MIKHAILOVA, I. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. **Revista Economia e Desenvolvimento**, [S. l.], n. 16, 2004. DOI: 10.5902/141465093442. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/eed/article/view/3442>>. Acesso em: 19 dez. 2022.

OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. Gestão participativa da Pousada Uacari: um processo em construção. In: OZORIO, R. Z.; PERALTA, N.; VIEIRA, F. S. (org.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé, AM: IDSM, 2016, p. 115-133.

PIANA, M. C. **A pesquisa de campo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. Disponível em: <<https://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830%20389-06.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

PINHEIRO, L.; LUNA, R.; MANGOLINI, B.; FONTOURA, A. G.; ARAÚJO, M. N. F.; SAN ROMAN, L.; PINASCO, K.; MARQUES, C. **Turismo comunitário: intercâmbio amazônico**. 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1j_D0r9k1tVh65SgJH3hvtNqGcRuWehwU/view?usp=drive_sdk>. Acesso em: 15 nov. 2022.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, v. 8, n. 1, p. 72-87, 2015.

PROETTI, S. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen**, v. 2, n. 4, p. 1-23, 2018.

ROCHA, R. R. N. **Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)**. 2018. 141f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/25408>>. Acesso em: 13 nov. 2022.

SILVA, T. N.; GÓMEZ, C. R. P.; FEITOSA, M. J. S. **Potencial de demanda para o turismo de base comunitária**: o perfil do turista de uma comunidade acadêmica. 2015. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/89.pdf>>. Acesso em 18 nov. 2022.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **A pesquisa científica**. métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA**Informações pessoais**

1- Nome: _____

2- Sexo: () Masculino () Feminino

3- Escolaridade:

() Nunca estudou

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

4- Reside no povoado?

() Sim () Não

() Nativo () Não nativo

5- Qual a sua relação com o empreendimento?

() Proprietário () Gestor () Outro, especifique: _____

Caracterização do meio de hospedagem

6- O meio de hospedagem possui um nome comercial?

() Sim () Não

7- Se sim, qual o nome? _____

8- Qual o ano de fundação do seu meio de hospedagem? _____

9- Quanto à caracterização de seu meio de hospedagem, você considera como:

() Formal () Informal

10- Qual(is) motivo(s) levou à criação do meio de hospedagem?

11- Quanto ao seu meio de hospedagem, você considera:

() Pequeno porte

() Médio porte

() Grande porte

12- Possui colaboradores

() Sim () Não

13- Se sim, quantos? _____

14- Existe alguma relação de parentesco do proprietário com seus colaboradores?

() Sim () Não

15- Qual a média de hóspedes por mês?

16- Qual o tempo de permanência dos hóspedes?

17- Qual o público/hóspede que mais frequenta?

- Brasileiros de municípios vizinhos.
- Brasileiros de outros estados.
- Americanos
- Europeus
- Outros:

18- Qual o período do ano você considera como baixa temporada?

19- Qual o período do ano você considera como alta temporada?

20- Qual a taxa de ocupação média na baixa temporada? _____%

21- Qual a taxa de ocupação média na alta temporada? _____%

22- Quais os serviços oferecidos por seu meio de hospedagem?

- Nenhum
- Restaurante
- Atrações culturais- shows, músicas ao vivo e etc.
- Passeios
- Bar
- Outros: _____

23 -Você adquire mercadorias, bens e/ou serviços da economia local para a operação do empreendimento?

- Não
 - Sim. Quais mercadorias /bens /serviços?
-
-

24-Você comercializa produtos (culinária, artesanato, pescado, produção agrícola, etc.) da comunidade para os visitantes?

- Não
 - Sim. Quais?
-

25-Quais infraestruturas a (as) hospedagem (ns) possui:

- Acesso à água potável
- Fossa Séptica / Esgoto sanitário
- Energia elétrica
- Internet
- Outros:

26- Qual a quantidade de UH (Apartamentos/ quartos)?

27- Em sua opinião, como você acha que as pessoas descobrem a sua hospedagem?

- Informação Boca a Boca
- Agências de Viagens
- Redes Sociais
- Outros: _____

28- Por qual motivo você acha que os hóspedes escolhem a sua hospedagem?

- Preço
- Organização
- Localização
- Divulgação
- Hospitalidade
- Outros: _____

Turismo de Base Comunitária (TBC)

29- Você já ouviu falar em Turismo de Base Comunitária- TBC?

- Sim Não

30- Se sim, o que você entende por Turismo de Base Comunitária- TBC?

31- Se sim, como você obteve esse conhecimento?

32- Em sua opinião o seu meio de hospedagem desenvolve práticas de TBC? Por quê?

33- Quais práticas são desenvolvidas pelo seu meio de hospedagem que estejam relacionadas com o TBC?

34-Em caso de não desenvolver práticas relacionadas ao TBC, cite os motivos pelos quais não desenvolve:

- Falta de conhecimento sobre TBC
- Ausência de orientação por parte do Poder Público
- Conflitos internos da comunidade
- Não possuo interesse
- Outros: _____

35-Quais os desafios/ problemas enfrentados pelo seu meio de hospedagem?

36-Na sua concepção, existem benefícios sendo gerados por seu meio de hospedagem na comunidade?

- Sim Não

37-Se sim, cite-os:

38-Pretende fazer melhorias em seu meio de hospedagem?

- Sim Não

Categoria de análise: Conservação da sociobiodiversidade

39- Você já ouviu falar em conservação, sociobiodiversidade e/ou proteção ao meio ambiente?

- Sim Não

40-Caso tenha ouvido, o que você entende por algum destes?

41-Você sabe que o seu meio de hospedagem está localizado dentro de área ambientalmente protegida?

- Sim Não

42-Poderia citar o nome desta área?

43-Considerando que o seu meio de hospedagem está localizado em uma área ambientalmente protegida, este fator limita a gestão do seu empreendimento? Por quê?

44-Quais problemas mais afetam o seu meio de hospedagem?

- Conflitos na comunidade
- Compra de mercadorias
- Aumento do custo de vida (preços em geral)
- Crescimento desordenado
- Violência
- Poluição (das águas, sonora, visual, etc.)
- Incompatibilidade com outras atividades econômicas
- Percepção dos demais comunitários
- Problemas com os turistas

45-No seu meio de hospedagem possui alguma prática sustentável?

- Sim Não

46-Se sim, qual?

47-De que modo o seu meio de hospedagem evita causar danos ao meio ambiente?

48-Quais os possíveis benefícios proporcionados por meios de hospedagem para a comunidade?

- Geração de emprego e renda
- Proteção ao meio ambiente
- Incentivo para o turismo local
- Movimentação da economia local
- Outros: _____

49-Quais os possíveis impactos negativos gerados por meios de hospedagem em Canárias?

- Poluição por resíduos sólidos
- Poluição por descarte incorreto de dejetos sanitários
- Poluição de recursos hídricos
- Poluição sonora
- Outros: _____

50-Você já participou de oficinas, cursos, palestras sobre Meio Ambiente ou sobre TBC?

- Sim Não

51-Se sim, quais: _____

52-Seu empreendimento orienta os seus hóspedes e colaboradores quanto à conservação do Meio Ambiente? De que forma?

53-Qual o tipo de resíduo gerado por seu meio de hospedagem?

- Plástico
- Metal
- Papel
- Vidro
- Resíduos orgânicos
- Outros. _____.

54-Como os resíduos de seu meio de hospedagem são descartados?

55-O seu meio de hospedagem utiliza algum recurso natural próprio da RESEX na organização dos quartos ou em qualquer dos outros serviços fornecidos?

- Sim Não

56- Se sim, cite-os e em que são utilizados: _____

APÊNDICE B



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Claudiana [REDACTED], aceito participar da pesquisa intitulada “TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araisos/MA, 34 de dezembro de 2022.

[REDACTED]

Nome completo do pesquisado.

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Daniel [REDACTED] que ocupo o cargo de Adm. na pousada Casa de Cabalo aceito participar da pesquisa intitulada “**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA**: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araioses/MA, 14 de dezembro de 2022.

[REDACTED]
[REDACTED]
Nome completo do pesquisado

APÊNDICE D



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Nathaly _____, aceito participar da pesquisa intitulada “**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias**”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araioses/MA, 15 de dezembro de 2022.

Nome completo do pesquisado

APÊNDICE E



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Santina [REDACTED], que ocupo o cargo de PROPRIETÁRIA na pousada PARAÍSO DAS CANÁRIAS aceito participar da pesquisa intitulada “TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araiões/MA, 14 de dezembro de 2022.

[REDACTED]
Nome completo do pesquisado

APÊNDICE F



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Antônio [REDACTED], aceito participar da pesquisa intitulada “**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA:** identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araisos/MA, 14 de dezembro de 2022.

[REDACTED]

Nome completo do pesquisado.

APÊNDICE G



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Amadeus [REDACTED], que ocupo o cargo de Cuidador Geral na pousada Parabato dos Passos aceito participar da pesquisa intitulada “TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araiões/MA, 15 de dezembro de 2022.

[REDACTED]

Nome completo do pesquisado

APÊNDICE H



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Edúcio [redacted], aceito participar da pesquisa intitulada “TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araiões/MA, 16 de dezembro de 2022.

[redacted signature]

Nome completo do pesquisado

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Noisés [REDACTED], aceito participar da pesquisa intitulada “**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias**”, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araioses/MA, 14 de dezembro de 2022.

[REDACTED]

Nome completo do pesquisado

APÊNDICE J



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Departamento de Turismo e Hotelaria - DETUH
Curso de Bacharelado em Hotelaria



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Rodrigo [REDACTED], que ocupo o cargo de Chefe da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba aceito participar da pesquisa intitulada **“TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA RESEX MARINHA DO DELTA DO PARNAÍBA: identificação das percepções e práticas do princípio da conservação da sociobiodiversidade em meios de hospedagem no povoado Canárias”**, desenvolvida pela acadêmico/pesquisador **Paulo Roberto Macedo Cardoso** e permitindo que obtenha dados, fotografia, filmagem ou gravação de minha pessoa para fins de pesquisa científica. Tenho conhecimento sobre a pesquisa e seus procedimentos metodológicos.

Autorizo que o material e informações obtidas possam ser publicadas em aulas, seminários, congressos, palestras ou periódicos científicos. Porém, não deve ser identificado pelo nome em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

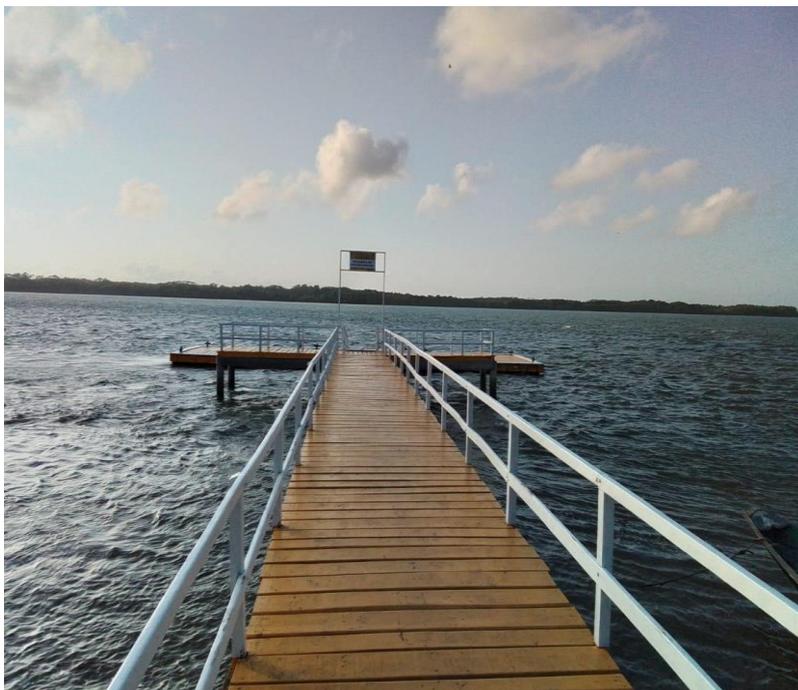
As fotografias, os dados, as filmagens e gravações de voz ficarão sob propriedade do pesquisador pertinente ao estudo e, sob a guarda dos mesmos.

Povoado Canárias - Araisos/MA, 14 de dezembro de 2022.


Rodrigo Alexandre de Lima

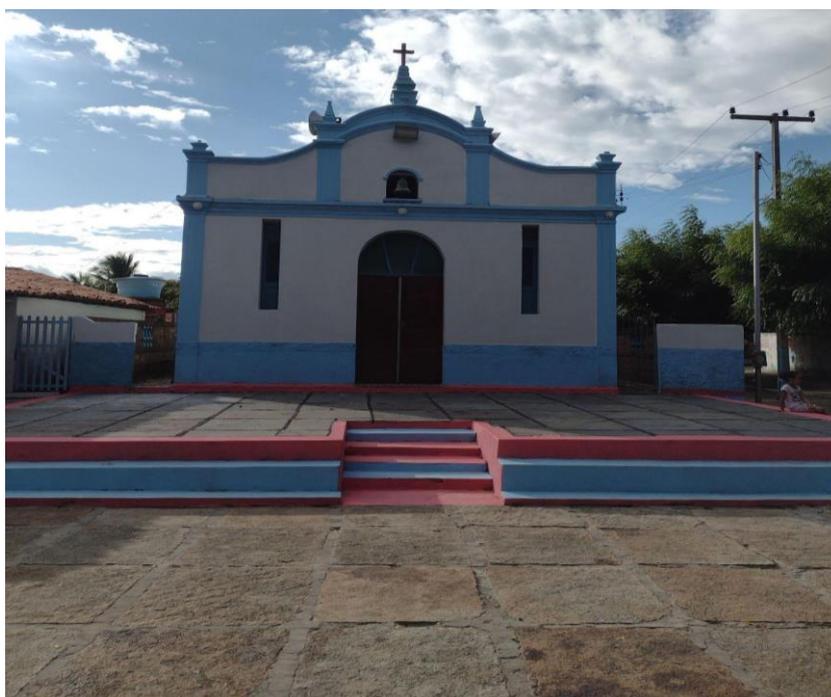
APÊNDICE K – Apresentação e caracterização do local de estudo: principais construções do povoado Canárias

Atracadouro Hidroviário da comunidade Canárias



Fonte: O autor (2022).

Igreja Católica de Canárias



Fonte: O autor (2022).

Rua pavimentada e principal de Canárias



Fonte: O autor (2022).

Associação dos Moradores e Pescadores de Canárias



Fonte: O autor (2022).

Quadra de futebol do povoado Canárias



Fonte: O autor (2022).

Posto de Saúde de Canárias



Fonte: O autor (2022).

Museu Oficina de Canárias-MOC



Fonte: O autor (2022).

Espaço dedicado ao padroeiro da Comunidade “São José”



Fonte: O autor (2022).

ANEXO

ANEXO A



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 86400-1	Data da Emissão: 03/12/2022 22:55:08	Data da Revalidação*: 03/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Nome: Monica de Nazare Ferreira de Araujo	CPF: [REDACTED]
Dados do titular Título do Projeto: Monografia	
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal do Maranhão	CNPJ: 06.279.103/0001-19

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Coleta de dados junto aos comunitários de hospedagem de Canárias	11/2022	06/2023

Equipe

#	Nome	Função	CPF	Nacionalidade
1	PAULO ROBERTO MACEDO CARDOSO	Discente pesquisador	[REDACTED]	Brasileira

Observações e ressalvas

1	Deve-se observar as as recomendações de prevenção contra a COVID-19 das autoridades sanitárias locais e das Unidades de Conservação a serem acessadas.
2	Esta autorização NÃO libera o uso da substância com potencial agrotóxico e/ou inseticida e NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de atender às exigências e obter as autorizações previstas em outros instrumentos legais relativos ao registro de agrotóxicos (Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, entre outros)
3	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de CONFIRMAR AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e de uso da infraestrutura da unidade.
4	O titular de autorização ou de licença permanente, assim como os membros de sua equipe, quando da violação da legislação vigente, ou quando da inadequação, omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	As atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia.
6	Este documento não dispensa o cumprimento da legislação que dispõe sobre acesso a componente do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/cgen .
7	Este documento somente poderá ser utilizado para os fins previstos na Portaria ICMBio nº 748/2022, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
8	Esta autorização NÃO exime o pesquisador titular e os membros de sua equipe da necessidade de obter as anuências previstas em outros instrumentos legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), da unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, posseiro ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0864000120221203

Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 86400-1	Data da Emissão: 03/12/2022 22:55:08	Data da Revalidação*: 03/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Nome: Monica de Nazare Ferreira de Araujo	CPF: [REDACTED]
Dados do titular	
Título do Projeto: Monografia	
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal do Maranhão	CNPJ: 06.279.103/0001-19

Outras ressalvas

1	Como praxe ressaltamos: 1. Considerar os documentos norteadores da gestão da UC, Conselho Gestor, assim como a legislação vigente; 2. Recomenda que a pesquisadora titular faça um contato prévio com a gestão e deve enviar o cronograma de atividades previstas na área via e-mail oficial, evitando todas as possíveis interferências mútuas; 3. Uso de estruturas caso a UC possua: mensagem para gestão da UC com 15 dias antecedência. Informar nº autorização, total pessoas (todas devem estar cadastradas na autorização SISBIO), datas (de chegada e saída), necessidade ou não de uso de alojamento, laboratório, salas etc; 4. Qualquer tipo de coleta de informações com a comunidade, fica condicionada as questões éticas referentes a pesquisa social no Brasil (assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido); 5. Atividade em campo: os locais de coleta devem ser informados para a gestão da UC de forma que não se sobreponham com outras pesquisas em andamento no território; 6. As coletas estão restritas somente ao autorizado; 7. O responsável deverá portar cópia desta autorização e documento de identificação pessoal; 8. Pessoas e atividades estranhas (ex: pescadores, caçadores, visitantes fora da área adequada etc.): devem ser reportadas imediatamente à gestão da UC; 9. Após a conclusão do projeto, o pesquisador deve enviar os resultados (publicações ou qualquer outro material resultante desta pesquisa) para compor o acervo desta Unidade de Conservação; 10. Programar com os gestores a uma forma de apresentação dos resultados desta pesquisa nas comunidades próximas da área de coleta e para o conselho gestor das UCs." 11. Sempre manter uma boa conduta e ética com os envolvidos no estudo. 12. Em função da pandemia de COVID 19, recomendamos contato com a gestão da UC, para informações referentes ao acesso ao local de estudo, decretos em vigor na presente data e demais orientações respeitando e adotando todos os protocolos de biossegurança nas atividades de campo. 13. Importante o pesquisador apresentar para a gestão da UC um protocolo de segurança a ser adotado em campo; 14. Em caso de uso de Drone, o operador deve vir ao ICMBio assinar o termo de responsabilidade de uso do aparelho e trazer as autorizações e cadastros de voo junto a ANAC e outros órgãos reguladores.	GR2 Nordeste
---	---	--------------

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Descrição do local	Município-UF	Bioma	Caverna?	Tipo
1	Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba (Mar do Nordeste)	MA	Sistema Costeiro-Marinho	Não	Dentro de UC Federal

Atividades

#	Atividade	Grupo de Atividade
1	Pesquisa socioambiental em UC federal	Dentro de UC Federal

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 0864000120221203

Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior

Número: 86400-1	Data da Emissão: 03/12/2022 22:55:08	Data da Revalidação*: 03/12/2023
De acordo com o art. 28 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Nome: Monica de Nazare Ferreira de Araujo	CPF: [REDACTED]
Dados do titular	
Título do Projeto: Monografia	
Nome da Instituição: Fundação Universidade Federal do Maranhão	CNPJ: 06.279.103/0001-19

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Táxon*	Qtde.	Tipo de Amostra	Qtde.	Data

* Identificar o espécime do nível taxonômico possível.

Este documento foi expedido com base na Instrução Normativa nº Portaria ICMBio nº 748/2022. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

ANEXO B**Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos****DECRETO DE 28 DE AGOSTO DE 1996.**

Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental Delta do Parnaíba, nos Estados do Piauí, Maranhão, e Ceará, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o que dispõe o art. 8º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, e o Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Delta do Parnaíba, localizada nos Municípios de Luís Corrêa, Morro da Mariana e Parnaíba, no Piauí; Araioses e Tutóia, no Maranhão; Chaval e Barroquinha, no Ceará, e nas águas jurisdicionais, com o objetivo de:

I - proteger os deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba, com sua fauna, flora e complexo dunar;

II - proteger remanescentes de mata aluvial;

III - proteger os recursos hídricos;

IV - melhorar a qualidade de vida das populações residentes, mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais;

V - fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental;

VI - preservar as culturas e as tradições locais.

Art. 2º A APA Delta do Parnaíba apresenta a seguinte delimitação, que foi baseada nas cartas topográficas de escala 1:100.000 da DSG, Folhas Tutóia-MI 553-Meridiano 45º W. GR, Parnaíba-MI 554-Meridiano 39º W. GR, Cocal-MI 615-Meridiano 39º W. GR, Bitupitá-MI 555-Meridiano 39º W. GR e Chaval-MI 616-Meridiano 39º W. GR, tendo o seguinte memorial descritivo: inicia na foz do rio Igarauçu, no oceano Atlântico, ponto 01, de coordenadas UTM N=9682700, E=204800; daí, segue pela margem esquerda do rio Igarauçu, até a confluência com o rio Parnaíba, percorrendo uma distância aproximada de 21.000 m, ponto 02, limite dos Estados Piauí/Maranhão, com coordenadas N=9675000, E=188000; desse ponto, segue pelo limite dos Estados Piauí/Maranhão (rio Parnaíba), percorrendo uma distância de 9.000 m, até a confluência com o rio Santa Rosa, ponto 03, com coordenadas N=9667300, E=186700; desse ponto, segue pela margem direita do rio Santa Rosa, percorrendo uma distância de 36.000 m, até um ponto em frente ao porto do povoado Barreiras, ponto 04, de coordenadas N=9683000, E=176500; desse ponto, segue por uma linha seca e reta, com azimute de grade de 250º e distância de 13.000 m, até a afluição do riacho da Curva Grande, na lagoa Salgada, ponto 05, de coordenadas N=9678500, E=831300; desse ponto, segue pela margem esquerda do riacho da Curva Grande, percorrendo uma distância de 18.000 m, até o cruzamento com a linha telegráfica, ponto 06, de coordenadas N=9673600, E=814900; desse ponto, segue por uma linha seca e reta, com azimute de 293º e distância de 16.400 m, até a margem direita do rio Barro Duro, ponto 07, de coordenadas N=9680000, E=799750; desse ponto, segue por uma linha seca e reta, com azimute de 313º30' e distância de 7.100 m, até a ponte sobre o rio Bom Gosto (passagem do Buritizinho), ponto 08, de coordenadas N=9684900, E=794500; desse ponto, segue pela estrada carroçável até a saída do povoado Tutóia Velha, percorrendo uma distância de 7.000 m, ponto 09, de coordenadas N=9691000, E=793800; desse ponto, segue pela estrada carroçável em direção à Paulino Neves, com azimute de 283º, percorrendo uma distância de 16.000 m, até o lugarejo denominado Tingidor, ponto 10, de coordenadas N=9695000, E=779000; desse ponto, segue por uma linha seca de direção norte, com azimute 0º, percorrendo uma distância de 6.500 m, até a foz do rio Cangatã, no oceano Atlântico (barra do Tatu), ponto 11, de coordenadas N=9701400, E=779100; desse ponto, adentra perpendicularmente no oceano Atlântico três milhas náuticas (5.556 m), contornando o litoral no sentido horário, percorrendo uma distância de 160.000 m, até defronte a ponta das Almas no Ceará, e adentrando perpendicularmente nesta, ponto 12, de coordenadas N=9677500, E=243100; desse ponto, segue pela estrada carroçável, com azimute médio de 90º, passando por Bitupitá, percorrendo uma distância de 19.500 m, até o cemitério de Araras, ponto 13, de coordenadas N=9675200, E=259500; desse ponto, segue pela estrada carroçável, com azimute de 170º em direção a Barroquinha, percorrendo uma distância de 10.200 m, até o encontro com a rodovia CE-02, ponto 14, de coordenadas N=9665800, E=262000; desse ponto, segue pela CE-02 e depois pela PI-210, percorrendo uma distância de 51.000 m,

até a ponte sobre o rio São Miguel, em frente a Fazenda Vargem, ponto 15, de coordenadas N=9657600, E=218500; desse ponto, segue pela margem esquerda do rio São Miguel, em sua calha maior, com azimute médio de 25°, passando pelo lago do João Bento, continuando pela calha maior do rio Cardoso, percorrendo uma distância de 32.000 m, até a

sua foz em Barra Grande, no povoado de Macapá, ponto 16, de coordenadas N=9678000, E=228700; desse ponto, segue pela linha de preamar, com azimute médio de 285°, percorrendo uma distância de 27.000 m, até a foz do rio Igarauçu, no oceano Atlântico, ponto 01, início desta descrição, totalizando um perímetro de 460.812m e uma área aproximada de 313.800 ha.

Art. 3º Fica considerada como Zona de Uso Especial, nos termos da Resolução CONAMA nº 10, de 14 de dezembro de 1988 (publicada no Diário Oficial da União de 11 de agosto de 1989), a Área de Proteção Ambiental do Rio Preguiça, no Estado do Maranhão, criada pelo Decreto Estadual nº 11.809, de 11 de junho de 1981.

Art. 4º Na implantação e gestão da APA Delta do Parnaíba serão adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

I - elaboração do zoneamento ecológico-econômico, a ser regulamentado por instrução normativa do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, definindo as atividades a serem permitidas ou incentivadas em cada zona e as que deverão ser restringidas e proibidas;

II - utilização dos instrumentos legais e dos incentivos financeiros governamentais, para assegurar a proteção da biota, o uso racional do solo e outras medidas referentes à salvaguarda dos recursos ambientais;

III - aplicação de medidas legais destinadas a impedir ou evitar o exercício de atividades causadoras de degradação da qualidade ambiental;

IV - divulgação das medidas previstas neste Decreto, objetivando o esclarecimento da comunidade local sobre a APA e suas finalidades;

V - promoção de programas específicos de educação ambiental, extensão rural e saneamento básico;

VI - incentivo ao reconhecimento de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN, instituída pelo [Decreto nº 1.922, de 5 de junho de 1996](#), junto aos proprietários, cujas propriedades encontram-se inseridas, no todo ou em parte, nos limites da APA.

Art. 5º Ficam proibidas ou restringidas na APA Delta do Parnaíba, entre outras, as seguintes atividades:

I - implantação de atividades salineiras e industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;

II - implantação de projetos de urbanização, realização de obras de terraplenagem, abertura de estradas e de canais e a prática de atividades agrícolas, quando essas iniciativas importarem em alteração das condições ecológicas locais, principalmente das zonas de vida silvestre;

III - exercício de atividades capazes de provocar erosão ou assoreamento das coleções hídricas;

IV - exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional, principalmente do Peixe-boi-marinho;

V - uso de biocidas e fertilizantes, quando indiscriminados ou em desacordo com as normas ou recomendações técnicas oficiais;

VI - despejo, no mar, nos manguezais e nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente;

VII - retirada de areia e material rochoso nos terrenos de marinha e acrescidos, que implique alterações das condições ecológicas locais.

Art. 6º A APA Delta do Parnaíba será implantada, administrada e fiscalizada pelo IBAMA, em articulação com os demais órgãos federais, estaduais e municipais, e organizações não-governamentais.

Parágrafo único. O IBAMA, nos termos do [§ 1º do art. 9º da Lei 6.902/81](#), poderá firmar convênios e acordos com órgãos e entidades públicas ou privadas, sem prejuízo de sua competência.

Art. 7º Serão estabelecidas na APA Delta do Parnaíba zonas de vida silvestre, de acordo com a Resolução CONAMA nº 10, de 1988.

Parágrafo único. As zonas de vida silvestre, de que trata o *caput* deste artigo, compreenderão as reservas ecológicas locais, mencionadas no [art. 18 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), e nas Resoluções CONAMA nºs 4, de 18 de setembro de 1985 (publicada no Diário Oficial da União de 20 de janeiro de 1986), e 10, de 1988, que ficarão sujeitas às restrições de uso para utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, nos termos do [art. 225 da Constituição](#).

Art. 8º O IBAMA poderá criar Conselho Gestor da APA ou grupos técnicos para apoiar a implantação das atividades de administração, a elaboração do zoneamento ecológico-econômico e do plano de gestão ambiental.

Art. 9º Os investimentos e financiamentos a serem concedidos por órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, da iniciativa privada e organismos internacionais, destinados à região compreendida pela APA, serão previamente compatibilizados com as diretrizes estabelecidas neste Decreto.

Art. 10. As autorizações concedidas pelo IBAMA não dispensarão outras exigências legais cabíveis.

Art. 11. As penalidades previstas nas [Leis nºs 6.902 e 6.938, de 1981](#), e no [Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990](#), serão aplicadas pelo IBAMA, para preservação da qualidade ambiental dos deltas dos rios Parnaíba, Timonha e Ubatuba.

Art. 12. O IBAMA expedirá os atos normativos complementares ao cumprimento deste Decreto.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 28 de agosto de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Gustavo Krause

Este texto não substitui o publicado no DOU de 29.8.1996